

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

11 a 17 de novembro de 1991 nº 14

PORTUGAL SÓ SERÁ OBSERVADOR (Moçambique)

'É CHEGADO O MOMENTO DE PORTUGAL'

PORTUGAL SÓ AJUDA SE MAPUTO QUISER

DHLAKAMA EM LISBOA SUSCITA RECEIOS EM MOÇAMBIQUE

CAVACO REJEITA SUBSTITUIR ITÁLIA

Afonso Dhlakama, líder da Renamo, fez uma viagem a Portugal, França, e Espanha, com apoio financeiro dos mediadores italianos, que procuram criar um ambiente favorável às negociações de paz. Em Lisboa, Dhlakama foi recebido pelo presidente Mário Soares, pelo primeiro-ministro Cavaco Silva, pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Durão Barroso, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, apresentando formalmente a proposta de intervenção oficial de Portugal nas conversações de paz entre Renamo e Frelimo. Alguns dias depois, em Roma, Cavaco Silva admitiu a possibilidade de Portugal integrar-se às negociações, devido à urgência do fim da guerra civil em Moçambique, desde que convidado por todas as partes envolvidas. Cavaco Silva rejeita a hipótese de Portugal substituir a Itália na tarefa de mediação, sugerindo que seu país poderia assumir uma posição de observador. A presença de Dhlakama em Lisboa causou inquietação em Maputo, por existir a suspeita de que a Renamo quer protelar as negociações, criando dificuldades aos já cansados mediadores, além do facto de que o governo moçambicano não vê com bons olhos uma possível transferência das negociações para Lisboa, sede dos "lobbies" empresariais que financiam a Renamo. (pp. 20, 23, 24 e 28)

OS DESAFIOS DO "MESSIAS"

NOVO GOVERNO TOMOU POSSE

Frederick Chiluba, novo presidente da Zâmbia, precisa encontrar, de imediato soluções para inverter a grave crise econômica do país. Segundo o The Economist, a Zâmbia possui um dívida global de sete bilhões de dólares e uma

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

renda per capita que não chega aos 300 dólares.

II

Dentre as principais medidas tomadas pelo novo Governo, devem ser destacadas: o estabelecimento de relações comerciais com a África do Sul, o reestabelecimento de relações diplomáticas com Israel, e o fim do estado de sítio, que vigora no país há 27 anos. (pp. 34-35)

SINDICALISTAS E GOVERNO REIVINDICAM SUCESSO NA GREVE GERAL DA ÁFRICA DO SUL ANC PARA ÁFRICA DO SUL

TRÊS MILHÕES DE NEGROS PARA NA ÁFRICA DO SUL

SOMBRAS SOBRE A GREVE

A greve geral convocada pelo Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), apoiada pelo ANC e pelo Congresso Pan-Africano (PAC) obteve grande êxito, com mais de três milhões de trabalhadores negros (cerca de 80% do total) aderindo a ela. O presidente de Klerk afirmou que grande parte das pessoas que não foram trabalhar o fizeram devido a ameaças e intimidação. Ocorreram diversos atos de violência, antes e durante a greve. Analistas consideram, todavia, que é inquestionável o sucesso da greve que, tendo como objetivo principal contestar a implantação do novo Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), representou uma medição de forças entre ANC e COSATU, por um lado, e o governo, grande comércio e Inkatha, por outro. Neste momento em que se prepara a abertura das negociações acerca da nova constituição, o ANC e o COSATU demonstram grande capacidade de mobilização popular. (pp.30,31 e 33)

ANGOLA VOTA EM SETEMBRO

ANGOLA, 16 ANOS DEPOIS

O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, anunciou, durante as comemorações do 16º aniversário da independência, a intenção do governo de realizar eleições gerais na "segunda quinzena de setembro de 1992". Uma data mais rigorosa, segundo o presidente, depende do cumprimento de questões como o acantonamento das tropas e a extensão da administração do Estado a todo o território angolano.

José Eduardo dos Santos afirmou que não foi possível harmonizar as intenções de todos os partidos no que se refere à data das eleições. (pp.06e09)

ANGOLA EM PAZ APESAR DE TUDO

CRIME ADIA PAZ EM ANGOLA

Membros da Unita, que guardavam a casa de Salupeto Pena (representante da UNITA na Comissão Conjunta Político Militar), assassinaram um ex-piloto da Força Aérea Popular de Angola (FAPA), após uma acirrada discussão. O fato ocorrido na 1ª semana de novembro tornou-se tensa a situação em Luanda. No momento a disputa é quanto à caracterização do crime. Se for um crime comum, como pretende o governo, o soldado da UNITA, já identificado, deve ser indiciado em um inquérito dirigido pela polícia. No entanto, a UNITA afirma que o soldado estava cumprindo ordens e, portanto, o caso deve ser julgado pela Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF)

Até o momento, a suspensão da tomada de posse do comando das novas Forças Armadas angolanas constitui o único desdobramento da difícil situação existente em Luanda. (pp. 07 e 11)

No que diz respeito à democratização, uma verdadeira revolução tem acontecido na África ao Sul do Saara desde os princípios do ano passado. As exigências populares por um sistema pluralista têm provocado reações bem diferentes nos diversos países da região. Até agora, só um terço destes tem conseguido uma vivência política que se pode chamar de genuinamente livre. Em alguns casos, tal como na Zâmbia, a entrada do multipartidarismo tem sido acompanhada pela saída do partido e do presidente que estavam no poder. Em outros, tal como no Gabão e na Costa do Marfim, os velhos políticos abriram o caminho, mas mesmo assim procuraram se manter nos respectivos palácios presidenciais. Outros países ainda correm o risco de cair numa situação caótica, ou por recusar a abertura à democracia (caso de Quênia), ou por fazê-la de tal maneira que garantirá o descrédito das forças oposicionistas (caso de Zaire, onde actualmente actuam uma centena de partidos da oposição). (p. 01)

FLEC REÚNE-SE EM LISBOA

(Angola)

LUANDA QUER MEDIAÇÃO DE LISBOA NO CASO DE CABINDA

José Eduardo dos Santos pediu ao governo português que se empenhe na missão de encontrar um interlocutor responsável em Cabinda, que possibilite a negociação de um estatuto de autonomia sem que o enclave deixe de ser parte do Estado angolano.

A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), principal força local, iniciou no dia 10 de novembro, em Lisboa, uma conferência que pretende criar o Conselho Supremo de Coordenação da Organização e eleger o respectivo presidente. A FLEC continua a defender que a vontade do povo de Cabinda é a obtenção da independência. (p.08 e 09)

ANGOLA REAFIRMA CAMINHO DAS REFORMAS

Aguinaldo Jaime, ministro das Finanças do governo de Luanda, afirmou, durante a abertura de um seminário sobre investimento e cooperação em Angola, que seu país prosseguirá na via das reformas. O ministro citou ainda que tal compromisso garante a viabilidade do investimento em Angola. (p.09)

PINTO DE ANDRADE EM LISBOA (Angola)

Joaquim Pinto de Andrade, presidente do Partido Renovador Democrático (PRA) angolano, visitará Lisboa em meados de novembro com o objetivo de iniciar uma "prospecção" de eventuais apoios "financeiros e diplomáticos" para o seu partido. (p. 10)

A PETROGAL COMEÇA ESTE MÊS A EXTRAIR PETRÓLEO EM ANGOLA

Entrevista com Luis Monteiro Forte, membro do conselho de administração da Petrogal (Companhia Petrolífera Portuguesa), que, de forma detalhada, descreve a atuação e os projetos de sua empresa no continente africano, mais especificamente nos países de expressão portuguesa. (pp.14 - 15)

EMPRESÁRIOS PORTUGUESES EM FORÇA NA FILDA 91

'FILDA 91 - UMA FEIRA PORTUGUESA'

(Angola)

A Feira Internacional de Luanda (FILDA), realizada entre os dias 02 e 11 de novembro, contou com a participação de 120 empresas angolanas, das

302 convidadas, além das 350 empresas estrangeiras, que representaram 15 países. Portugal obteve destaque ao apresentar 118 empresas, as ausências principais foram o Brasil e a França.

O grande tema da FILDA foi o petróleo, em decorrência do fato de Angola estar negociando as concessões para a exploração em águas profundas.

(p.p. 15 - 18)

DIRIGENTE GUINEENSE RECEIA EXPLOÇÃO POLÍTICA (Guiné-Bissau)

Segundo as diversas forças políticas de oposição, o governo da Guiné-Bissau vem bloqueando o avanço do processo de implantação do multipartidarismo no país. João Tátis Sá, dirigente da Frente Democrática Social (FDS), declarou temer que este bloqueio possa vir a desencadear uma explosão social. Em contrapartida, o PAIGC, que prepara um congresso para o período de 15 a 20 de dezembro, afirmou-se identificando com a linha de pensamento da Internacional Socialista, e alterou a denominação de seus órgãos diretivos: o Comitê Central passou a chamar-se Comissão Nacional, o Birô Político tornou-se Comissão Política Nacional, e o Secretário Permanente recebeu a designação de Secretário Nacional. (p.19)

NORMALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA PASSA PELO FIM DA LUTA ARMADA

(Moçambique)

Em entrevista a O Jornal, Alfredo Caseiro Rocha, diretor de engenharia das Centrais de Eletricidade de Moçambique, afirma que o governo moçambicano tem como meta utilizar ao máximo a energia elétrica, evitando o recurso a outros combustíveis. Para tanto, é preciso melhorar as atuais estruturas de transmissão de energia, especialmente a linha Songo-África do Sul, danificada desde princípios da década de 80, sendo fundamental o fim da ação armada no interior do país para a implementação das obras necessárias. (p.21)

MOSCOU E PRETÓRIA REATAM RELAÇÕES (África do Sul)

DE KLERK EM ISRAEL

O presidente de Klerk iniciou em 9 de outubro uma visita a Israel e Formosa, países com os quais a África do Sul mantém relações de cooperação, nos planos militar e econômico, respectivamente. Pik Botha, ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmou que Pretória pretende estabelecer relações diplomáticas normais com a URSS, estando em estudos uma visita de de Kerk à Gorbachev, em 1992. (p. 30) (ver também a matéria "Sombras sobre a greve").

ÁFRICA DO SUL: O RECURSO AO 'MÉTODO DIAZON'

Em longa reportagem, David Beresford analisa as evidências de utilização de veneno, por parte dos serviços de segurança sul-africana, para a eliminação de adversários. Muziwakhe Ngwenya, ex-comandante geral das operações militares do ANC na província de Natal, morto em 1989, teria possivelmente sido uma de suas vítimas, assim como o secretário-geral do Conselho das Igrejas Sul-Africanas, Frank Chikane (que, medicado nos EUA, conseguiu sobreviver). Beresford detalha o envolvimento de importantes figuras dos serviços de segurança da África do Sul, — como o general Lothar Neethling — e da Rodésia [atual Zimbábue] — Ken Flower, antigo diretor dos serviços secretos — com esquadrões da morte. (p.32)

ÍNDICE

África Geral-PALOP	01-05
Angola	06-18
Cabo Verde	18
Guiné-Bissau	19
Moçambique	20-29
São Tomé e Príncipe	29
África do Sul	30-33
Zâmbia	34-36

A marcha africana para a democracia

APENAS UM terço dos países da África Negra já tem actualmente uma vivência política que se pode considerar democrática — pelo menos pelos padrões europeus — enquanto o resto do continente continua entregue a ditaduras ou atravessa fases de transição mais ou menos morosas.

Os mais recentes avanços do multipartidarismo registaram-se em Benin, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Zâmbia e Angola, enquanto em países como a Guiné-Bissau, Togo ou Zaire não passa por enquanto de promessas.

Alguns órgãos da comunicação internacional chegaram a comparar a marcha africana para a democracia com a que se verificou no Leste europeu a partir de 1989, mas a verdade é que muitos territórios da África Negra continuam à espera do dia em que poderão escolher livremente entre diversos partidos: Malawi, Etiópia, república da Guiné, Quênia e Tanzânia, entre outros.

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram casos exemplares de regimes que souberam encaminhar-se, sem grandes problemas, para a sua própria dissolução, promovendo eleições multipartidárias de que saíram derrotadas as forças que estavam no poder desde 1975.

O Benin, depois de alguma agitação, também se transformou radicalmente, ao longo do último ano, tendo já hoje um Presidente eleito democraticamente, Nicéphore Soglo. Mas o chefe de Estado do Togo, Gnassingbé Eyadema, e alguns outros só transigiram e prometeram o multipartidarismo depois de muita pressão popular.

“O multipartidarismo e a democracia são inevitáveis” — reconheceu o Presidente do Gao, Omar Bongo, também ele forçado, no ano passado, a promover eleições legislativas multipartidárias.

Bongo e o Presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, souberam encaminhar os processos de modo a manterem-se no poder, depois da abertura dos respectivos regimes, muito ligados à França. Eyadema cedeu “in extremis”, mas já por diversas vezes tem procurado voltar atrás e impedir o pleno desenvolvimento das forças democráticas.

“A democracia é algo que é preciso fazer a tempo. Quanto mais se espera, mais problemas surgem. Quanto mais depressa se começa, mais depressa se vê como é a decisão correcta”, comentou Bongo, que se mostrou mais razoável do que os seus colegas do Zaire, Mobutu Sese Seko, ou da República Malgaxe, Didier Ratsiraka.

As suas palavras não devem ter sido escutadas por presidentes como o da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, que desde o ano passado tem repetidamente anunciado a abertura do seu regime, sem que no entanto haja facilitado até agora a legalização de qualquer força oposicionista.

O que tem estado a acontecer na África a Sul do Sara, desde o início de 1990, é considerado por muitos analistas uma autêntica revolução, a mais importante desde os tempos da descolonização, que na maior parte dos casos ocorreram há três décadas.

No entanto, o processo não parece muito simples nem susceptível de poder ocorrer de uma forma mais ao menos uniforme, de modo que não se crê muito viável chegar a meados do próximo ano com quase todos os países africanos já definitivamente embarcados na grande nau democrática.

A Zâmbia conseguiu ultrapassar a má-vontade do Presidente Kenneth Kaunda e concretizar um multipartidarismo de que ele próprio saiu derrotado, mas a Nigéria terá ainda de provar a validade de um sistema em que só foram autorizados dois partidos políticos. O Quênia mantém-se no pelotão dos que persistem na prática unipartidária.

As simples referências aos obstáculos que a prática pluralista enfrenta em países onde já é legal mostram bem como vai ser difícil radicá-

la na generalidade do continente, ultrapassando a resistência tenaz das camadas mais conservadoras, entrenchadas em privilégios que foram acumulando ao longo das últimas décadas.

O Zaire, o antigo Congo-Leopoldville onde muito sangue correu nos primeiros anos após a descolonização, está a ser palco de uma das mais complicadas transições para o multipartidarismo, enquanto Moçambique se mostra incapaz de sair de uma prolongada guerra civil.

No ano passado o Presidente Mobutu Sese Seko aceitou a contra-gosto a transição para o pluralismo. Começou por só autorizar três partidos, mas depois legalizou uma centena, contribuindo assim para o descrédito das forças oposicionistas. O país está mergulhado no caos, temendo-se ainda muita agitação política e social antes de se poderem realizar eleições em plena ordem democrática.

Quanto à Nigéria, é um gigante de 120 milhões de habitantes no qual se concentram as atenções de toda a África Negra, dada a importância que no futuro pode vir a ter no evoluir de todo o continente.

Tem eleições legislativas e presidenciais previstas para 1992, de modo a devolver o poder aos civis, que ainda só o detiveram em 10 dos 30 anos de independência. Mas sobre ela paira a sombra das divergências tradicionais entre um Norte islamizado e um Sul onde predominam os cristãos.

Uma dezena de territórios africanos continua sem assistir à liberdade de actuação das diversas forças políticas, sendo o Quênia de Daniel Arap Moi um dos exemplos mais gritantes: quem fala em multipartidarismo é preso ou pode ter algum acidente mortal, não sendo de excluir a hipótese de a repressão vir a assumir proporções ainda maiores do que as actualmente conhecidas.

No entanto, a oposição não desiste; e o antigo vice-presidente Oginga Odinga, um dos últi-

mos sobreviventes da política africana de há 30 anos, tentou legalizar um Partido Democrático Nacional, com que procura enfrentar a União Nacional Africana do Quênia (KANU), do Presidente Arap Moi, sucessor de Jomo Kenyatta.

Igualmente na África Oriental, a Tanzânia também não quer ouvir falar de política pluralista, mas a este caso poucas referências se fazem na imprensa internacional, talvez porque o Presidente Ali Hassan Mwinyi ainda só está há seis anos no poder, havendo sucedido no cargo a um dos “pais” da África contemporânea, Julius Nyerere.

Nyerere e o senegalês Leopold Sedar Senghor souberam retirar-se a tempo da cena política, tendo evitado assim situações semelhantes a da humilhante derrota de Kenneth Kaunda. Mas os políticos africanos que o fazem são uma ínfima minoria, face aos que se comparam em ficar no poder até à última.

Há mesmo países da África Negra onde o derrube dos ditadores não deu de forma alguma lugar a uma transição pacífica para a democracia mas antes à maior das confusões, com lutas de carácter tribal que levaram a anarquia e à desagregação do Estado.

É esse, nomeadamente, o caso da Somália, após a derrota de Siad Barre; e também, em certa medida, o da Libéria, depois do assassinio de Samuel Doe.

Na maior parte da África Negra, as últimas décadas parecem ter sido para esquecer, tão grande é o abismo entre o que, no fim dos anos 50, sonharam homens como Sekou Touré e Kwame Nkrumah e aquilo que na realidade se verificou.

Dezenas de países estão agora a começar de novo, mas receia-se que ainda passe muito tempo antes de os povos africanos conseguirem viver, ou sobreviver, com um mínimo de dignidade. Pelo menos enquanto perdurar a sombra de figuras como Mobutu Sese Seko ou Hastings Kamuzu Banda. ■

Áfricas: novas Libérias

O fim da guerra fria, o colapso do comunismo na União Soviética e na Europa de Leste, o triste balanço da África pós-independências e a busca de uma recuperação económica levaram os eleitores africanos às barricadas e às urnas.

Os ditadores africanos como Mobutu já não têm possibilidade de se abrigar sob o guarda-chuva das grandes potências, explorando habilmente as tensões entre Moscovo e Washington. Dão por eles tendo que escolher entre a última trincheira, abandonados pelos seus antigos aliados, e pôr a sua popularidade à prova em eleições multipartidárias, como lhes exigem os seus povos e os doadores internacionais.

O exemplo zambiano, pensam alguns diplomatas, poderá impulsionar a democratização da África. Uma transição pacífica do reino de Kenneth Kaunda para o seu sucessor Frederik Chiluba poderá encorajar os dedicados processos

de paz em Moçambique e em Angola, onde partidos que governaram desde a independência foram forçados a negociar.

A mudança do governo zambiano pelas urnas poderia também servir como precedente para os advogados da democracia multipartidária no Zimbábue e no Malawi. Até mesmo mais longe, em países como o Quênia, onde o presidente Daniel Arap Moi mantém o sistema unipartidário, o exemplo zambiano poderá ser salutar.

Mas isso poderá ser apenas parte da questão, e uma visão cor-de-rosa. A questão a que os optimistas terão de responder é a seguinte: até que ponto teve lugar uma verdadeira mudança estrutural, mesmo em países que passaram para a democracia multipartidária? Muitos estados africanos conquistaram a independência na base de uma constituição democrática. Mas os vários freios e contrapesos — como um poder judicial independente, os direitos fundamen-

tais e a autoridade do parlamento — depressa foram desmantelados por golpes militares ou ditaduras.

Dizem os cépticos que na constituição zambiana actual não existe nada que possa prevenir por si só o regresso de um governo autoritário. Regressarão as rivalidades étnicas e regionais, avisam eles, fornecendo uma vez mais argumentos para um sistema de partido único.

Os optimistas e os cépticos concordam, no entanto, que o frágil processo democrático africano necessita de um ambiente saudável para que se possa enraizar. É aqui que a ansiedade em relação ao Zaire e ao papel do Ocidente poderá emsombrear o cauteloso optimismo que acolheu os desenvolvimentos na Zâmbia.

O aparentemente inelutável caminho do Zaire para o caos ameaça desestabilizar o coração de África. Nove países africanos são-lhe contíguos, e expostos às suas maleitas.

O que mais preocupa os diplomatas africanos é a sensação de vazio de poder no Continente, «Claro que o fim da guerra fria nos traz benefícios», afirma um deles. «Mas está também a contribuir para a nossa marginalização nos assuntos mundiais. Em vez da rivalidade das superpotências, poderemos sofrer com a indiferença das superpotências.»

Pode assim ser que a queda do Zaire no desgoverno — «uma Libéria em ponto grande», como diz um diplomata

africano — venha a ensombrar nos próximos meses as boas notícias de Lusaka. Se assim for, a decisão dos EUA, da França e da Bélgica de deixar cair o presidente Mobutu sem fazer grandes esforços para preencher o vazio de poder resultante poderá ser trágica para a África.

De certo modo, Mobutu é uma criatura do Ocidente, que teve a sua utilidade durante a guerra fria.

Quando tomou o poder em 1965, fez-o com o apoio encoberto da CIA americana, que o considerava uma força de estabilidade regional, e um bastião contra o comunismo. Nos 26 anos seguintes, Mobutu jogou habilmente com as preocupações ocidentais em relação à ameaça comunista em África, então vista como uma fonte vital de minerais estratégicos.

Os países que ajudaram Mobutu a manter-se no poder são hoje assediados pelos partidos da oposição zairense para que mandem tropas de manutenção de paz, enquanto os políticos tentam solucionar um estado de crise aparentemente endémico.

Até agora, nada conseguiram. Os historiadores poderão um dia reter uma semana na qual a Zâmbia deu um modesto passo em frente na recuperação da África, enquanto o Zaire deu um enorme passo atrás.

Michael Holman e Patti Waldmeier
Serviço Financial Times

SABADO 9 NOVEMBRO 1991

PÚBLICO

Linha de crédito para os PALOP

OS EMPRESÁRIOS e potenciais investidores portugueses em Angola e Moçambique dispõem, até 15 de Dezembro, de uma participação de 3,6 milhões de dólares (522 mil contos), revelou à Lusa o antigo presidente da Associação dos Jovens Empresários e Profissionais Portugueses (AJEPP) na África do Sul, Victor Viseu.

Este empresário, radicado naquele país há 16 anos, foi agora distinguido pela "Edesa" (associação de 24 accionistas, entre os quais os quatro principais grupos sul-africanos), como administrador de projectos para a África do Sul, Angola e Moçambique.

"A Edesa faz promoção do desenvolvimento económico da África do sub-sahariana através do fomento da entidade privada" explicou, para acrescentar "a nossa intervenção processa-se através da prestação de 'know-how', de investimento di-

recto ou de co-financiamento".

A Anglo-american, De Beers, IBM e General Motors são alguns dos principais accionistas do projecto "Edesa", que Victor Viseu pretende que envolva mais activamente os empresários e investidores portugueses.

"O atractivo que os portugueses têm para a Edesa é o do seu conhecimento do mercado africano lusófono, tecnologia adaptada aos países alvo, contactos ou até mesmo títulos em estruturas existentes anteriormente às independências".

Victor Viseu rejeita a ideia de que não há fundos para investimentos naqueles países. "O problema não é de acesso aos fundos, que existem, mas o da viabilidade dos projectos, para os quais é exigida uma garantia de administração válida e efectiva e que nós (Edesa) podemos complementar, sob forma tripartida", frisou. ■

São Tomé convida Portugal para cimeira africana

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 8 NOVEMBRO 1991

Os "Cinco" a caminho dos "Seis"

O GOVERNO de São Tomé e Príncipe deseja que Portugal seja convidado, como observador, a participar na próxima cimeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que decorrerá neste país em 9 e 10 de Fevereiro de 1992.

Fonte diplomática são-tomense disse ao PÚBLICO que a concretização do convite depende porém da "sensibilidade" de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, países cuja resposta se aguarda.

Diplomatas ocidentais acreditados em São Tomé consideram que o desanuviamiento internacional, acrescido das boas relações de cooperação de Lisboa com cada um dos "Cinco", favorece uma provável resposta positiva dos demais à sugestão são-tomense.

O Governo português sempre manifestou disponibilidade para se fazer representar ao mais alto nível nas reuniões das suas antigas colónias na África. Mas em 1984 o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, viu indeferida uma proposta no sentido de transformação dos "Cinco" num grupo semelhante ao constituído pela

França e por países africanos de língua oficial francesa.

Pela mesma altura, o Presidente moçambicano, Samora Moisés Machel, afirmou que as antigas colónias haviam cortado o cordão umbilical com Portugal e já não tinham "papá".

Machel acusou até Lisboa de "capital da desestabilização dos estados africanos de língua oficial portuguesa", dada a mo-

vimentação de grupos de oposição aos regimes desses países, numa altura em que o multipartidarismo ainda não era tolerado.

Agora, porém, que os tempos são outros, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos "Cinco" reúnem-se em São Tomé de 6 a 8 de Fevereiro e os Chefes de Estado ou de Governo nos dias 9 e 10, não custando a admitir que Portugal possa efectivamente estar presente. O assunto, aliás, poderá já ter sido focado, mesmo que brevemente, quando na semana passada esteve em Lisboa o primeiro-ministro são-tomense, Daniel Daio — admitiu uma fonte diplomática.

A cimeira de 92 vai ser a primeira que se realiza desde que se efectuaram eleições presidenciais pluralistas em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, com derrota dos políticos que até então haviam dirigido esses países, respectivamente Aristides Pereira e Manuel Pinto da Costa.

A anterior decorreu na Cidade da Praia em Dezembro de 1989, e dela saiu já uma moção de saudação ao Governo português pela forma como estava a encarar a cooperação com os PALOP. ■

Manuel Dende, em São Tomé

8.11.1991

O JORNAL

Medicamentos portugueses no mercado de África

PORTUGAL tem nos medicamentos que produz, onde países como a Alemanha e a França são grandes clientes, um grande mercado em África. Um mercado que tem crescido na proporção do crescimento total das exportações portuguesas de medicamentos e que se tem mantido à roda dos 32 por cento desse total.

O maior cliente africano dos medicamentos portugueses é Angola, com 1217 milhares de contos em 1990 e já 1075 milhares nos primeiros sete meses deste ano. Os restantes países africanos de expressão portuguesa são também clientes que se destacam entre os daquele continente, embora mercados como a Argélia, a Líbia e até Marrocos não sejam negligenciáveis, posto que este último tenha reduzido as suas compra a Portugal nos últimos tempos.

Nos quadros juntos poderá ver-se a evolução do mercado africano para os medicamentos portugueses, um mercado que, no ano passado, adquiriu mais de seis milhões de contos.

A África e os PALOP nas exportações portuguesas de medicamentos

QUADRO I

(em milhares de contos)

	TOTAL	ÁFRICA	PALOP
1989	5874	1916	1070
1990	6232	2018	1600
1990 (Jan./Jul.)	3802	1213	923
1991 (Jan./Jul.)	4396	1482	1335

QUADRO II

Os nossos maiores dez clientes em África

(Em milhares de contos)

	1989	1990
Angola	804	1217
Argélia	574	41
Líbia	161	127
Moçambique	108	199
Cabo Verde	86	111
Marrocos	82	173
São Tomé	39	15
Guiné-Bissau	32	59
Tunísia	9	23
Zaire	6	7

8.11.1991 O JORNAL

O ameaçador retorno da morte à Martim Moniz

1. Publica-se este *Jornal-África* num momento em que os acontecimentos e os «anúncios» ligados ao relacionamento entre Portugal e o Sul atingem um dos seus frequentes picos de intensidade.

Recentemente os governadores dos bancos centrais

dos cinco países de expressão portuguesa estiveram em Lisboa a explicar as suas políticas e a dizerem das suas dificuldades — interlocutor maior e mais «atento», o Banco de Portugal; três bancos portugueses abriram escritórios em Luanda e aguardam a lei que ali vai regular a actuação da banca estrangeira, lei que está prometida para antes do fim do ano; três instituições financeiras portuguesas (e anuncia-se já uma quarta) tomaram uma boa parcela do capital do primeiro banco comercial de direito privado da Guiné-Bissau; o processo de privatizações em Moçambique já ultrapassou as 120 empresas; em Angola, as privatizações entraram na sua primeira fase, posto que ainda experimental, mas atingindo já umas 60 unidades de diferentes dimensões.

Tal como se diz noutra local deste caderno, em en-

trevista que lhe foi concedida, começou agora a jorrar em Angola o primeiro petróleo extraído com a participação de uma empresa portuguesa — e vai haver mais. Finalmente, quando este jornal chegar às mãos dos leitores estará a acabar a edição deste ano da FILDA, onde os empresários portugueses se apresentaram em grande quantidade, tal como já o haviam feito na FACIM do Maputo.

2. Entretanto, discursos internos e externos, oficiais ou officiosos, privados ou assim-assim, insistem numa verdade indiscutível: Portugal será hoje, como o foi em quinhentos, a porta da Europa para o Sul. Uma porta por onde irão circular os que da Europa querem para lá ir tratar da sua vidinha (como o fizeram, em quinhentos, alemães, holandeses e seus parceiros), mas agora também os que do Sul querem vir à Europa, e com muita legitimidade, lutar pelos seus interesses.

Nada nos garante, porém, que o dono da porta tenha dessa sua propriedade os lógicos proventos. É que, pelo que se vê e sobretudo pelo que se não vê, teme-se a repetição do acidente que a lenda atribui ao pobre do Martim Moniz: manteve a porta aberta para que os outros passassem, nas morreu nela sem a ter utilizado. Entalado, o pobre.

3. Argumento bom dos discursos que vamos ouvindo é o da língua (comum no caso dos PALOP) e também o das facilidades que os portugueses têm: a da adaptação e a do conhecimento do terreno e seus problemas. Mas isto, que é peça importante da tal porta, também os outros que por ela vão passando descobriram: é ir por esse continente africano fora a rever quantos patrícios nossos já preenchem os quadros das empresas dos que lá vão chegando primeiro e não são portugueses.

4. Fala-se dos países africanos de expressão portuguesa e — ressalvadas as meritórias excepções conhecidas — o que o empresário ali vê o mor das vezes é um mercado.

Um mercado onde não há fábricas ou onde as fábricas estão paralisadas, onde começa a liberalização, se tornam mais evidentes as necessidades e para onde, portanto, o que é preciso é vender.

Vender hoje. Já. Pois, há dificuldades? Que venham ajudas. Crédito, linhas de crédito, seguro de crédito, garantias. Às vezes essas ajudas não vêm, outras vêm. Por pressão de quem quer vender, não se pensando bem se sendo assim será melhor.

5. Numa entrevista concedida a este mesmo *Jornal-África*, um gestor de grande clarividência e não menor responsabilidade põe o dedo na ferida: é mau o que se está fazendo; não se deveria insistir em vender, pois será por pouco tempo; o que se deveria, isso sim, era ir fabricar lá.

E tem fortes argumentos. Primeiro, fabricar o que Portugal fabrica para lá vender não é coisas que um qualquer coreano não seja capaz de fazer e não esteja já pensando. Segundo, muitas das indústrias portuguesas têm tecnologias e vícios ligados ao curso da mão-de-obra que não servirão mais na CEE, sejam quais forem as panaceias.

O exemplo dos têxteis é o mais gritante, mas há outros e não serão assim tão poucos. Ora essas indústrias, com os seus equipamentos e as suas tecnologias, instaladas em África teriam ainda um largo e rendível aproveitamento, e com vantagens mútuas, até porque um dos problemas de lá será exactamente o de ocupar muita mão-de-obra.

6. A verdade é que a transferência de tecnologia e de equipamentos, a instalação ali dessas unidades, mesmo que como prolongamento das indústrias tradicionais portuguesas, exige investimento. Ora o dinheiro em Portugal é caro e unidades assim criadas não teriam rendimento que se visse antes de uns dois anos. E dois anos de juros é muito, como se sabe. Mas o nosso entrevistado aponta também para isso uma sugestão: porque, em vez de abrir linhas de crédito e bonificar juros para a exportação, não o fazer para o investimento na transferência ou na criação de unidades industriais, bonificando, aí sim, os juros, ou até — e à semelhança do que fazem alguns países nossos concorrentes — perdoando-os mesmo nesses tais dois anos sem rentabilidade? E porque não — acrescentamos nós — gastar aí em vez de despender em panaceias internas que apenas adiarão a morte já anunciada das tais indústrias que a CEE não servem?

7. É que as oportunidades sem clarividência que bonde para as aproveitar, não só são inúteis como dolorosas, como todos sabem e não parece.

C. da R.

A Universidade de Évora e a cooperação com os PALOP

José Afonso de Almeida*

«O português foi a melhor coisa que os «Tugas» nos deixaram...»

(Amílcar Cabral)

A IMPORTÂNCIA para Portugal das cooperações, interna e externa, particularmente com os países em desenvolvimento, não suscita actualmente contestação fundamentada.

No domínio da cooperação internacional, se os países da CEE constituem, obviamente, a primeira prioridade, a cooperação com os PALOP representa uma vertente privilegiada pela política externa portuguesa no que se refere às relações com os países em desenvolvimento. Nas palavras esclarecidas do secretário de Estado da Cooperação, «investimento, capital humano e comunidade de língua só podem fazer parte do elo português entre a Europa e África».

Com a crescente «mundialização» da economia, por um lado, e a assunção de que o desenvolvimento e o progresso são condições essenciais à instalação e manutenção da paz entre os povos, por outro, os processos de cooperação internacional, aos níveis bi e multilateral, devem dominar o relacionamento entre os diversos países na cena internacional.

Portugal possui, e dispõe, de um enorme capital de conhecimentos dos recursos e tecnologias respeitantes a diversas regiões em desenvolvimento. O seu conhecimento dos territórios e das populações, designadamente das suas estruturas sociais, particularmente nos PALOP, das suas potencialidades e individualidades, confere-lhe o papel de interlocutor privilegiado e insubstituível para apoiar o crescimento participado e contínuo daqueles países e o bem-estar dos seus povos. A Universidade de Évora é, detentora de um conjunto de meios humanos com longa experiência adquirida ao longo de muitos anos em regiões subtropicais e tropicais. Tais competências abrangem um largo espectro de domínios do conhecimento, nomeadamente Agricultura e Veterinária, Extensão Rural (a UE ministra o único curso de Extensão Rural a nível nacional), Engenharia

Rural e domínios das Ciências Económicas e Empresariais e Humanas e Sociais.

Papel da Universidade na cooperação

A Universidade dispõe de alguns atributos que a adequam preferencialmente para acções de cooperação nos domínios do ensino, investigação, formação profissional e contínua, extensão, planeamento e consultoria. Existe no seu seio uma ligação íntima entre «existência» de actividade de I&D e a qualidade dos técnicos que irão trabalhar em acções daquela natureza. Por outro lado, a Universidade insere-se na extensa rede científica informal que funciona a nível global e goza de reserva de variabilidade intelectual ímpar. A nível da Universidade, observa-se uma renovação rápida de uma importante parte da força de trabalho científico (os formandos pós-graduados) e, principalmente, em nenhum outro tipo de instituição se encontra a mesma facilidade de mobilização inter e transdisciplinar, essencial a abordagens integradas como as que geralmente se põem nos processos de desenvolvimento.

A UE caracteriza-se por um elevado potencial para este tipo de abordagens, dada a sua estruturação em áreas departamentais relativamente homogéneas do ponto de vista científico-pedagógico, e dadas as interacções a que as mesmas estão sujeitas nos domínios do ensino, investigação e extensão universitária: Ciências Exactas (Física, Química e Matemática), Ciências da Natureza e do Ambiente (Biologia, Ecologia, Geociências e Planeamento Biofísico e Paisagístico), Ciências Agrárias (Fitotecnia, Engenharia Rural, Zootecnia e Sanidade Animal e Vegetal), Ciências Económicas e Empresariais (Economia e Gestão de Empresas) e Ciências Humanas e Sociais (Sociologia incluindo a Extensão Rural, História e Arqueologia, Linguística e Literatura e Pedagogia e Educação). O crescimento e desenvolvimento, alicerçados na utilização da Ciência e da Tecnologia, são importantes, mas não conduzem necessariamente ao progresso (não faltam exemplos

O JORNAL ... 8.11.1991

em diversos continentes). Os objectivos do desenvolvimento devem estar orientados para o fim último e primordial que é o cidadão; devem assegurar o bem-estar dos povos através da melhoria apoiada da sua qualidade de vida e da sua plena participação na orientação das práticas, programas e processos de desenvolvimento, bem como na execução. A complexidade das interacções dos factores envolvidos requerem uma abordagem multifacetada nas acções de cooperação e a consequente capacidade, dos organismos interessados na cooperação, para tal tipo de abordagens.

Coordenação da cooperação

A amplitude do esforço que importa despender, para que a cooperação nacional atinja um nível adequado de sucesso nos seus objectivos, exige a contabilização e coordenação dos recursos disponíveis no sentido de orientar aquele esforço segundo vectores prioritários e de evitar ou reduzir as duplicações de esforços e consequentes desperdícios.

A necessidade de uma coordenação do esforço nacional da cooperação passa pelo conhecimento e reconhecimento, por parte das entidades governamentais de coordenação, dos organismos com competências e recursos disponíveis, por um lado, e pela coordenação, a nível desses mesmos organismos, dos meios disponíveis e mobilizáveis, por outro. A UE criou uma Pró-Reitoria especificamente orientada para a coordenação das acções de cooperação em que se envolve. Actualmente, e no sentido de dar maior eficácia

à mobilização e coordenação dos seus esforços, está em criação um Centro para a Cooperação e Desenvolvimento, o qual se disponibiliza automaticamente para responder de forma mais integrada e interactiva.

A necessidade de constituição de equipas com dimensão mínima e de especialização suficientemente abrangente requer, e impõe, a cola-

boração transnacional. Este requisito torna-se mesmo essencial para o desenvolvimento de acções de carácter verdadeiramente europeu que permitam a exploração racional de complementaridades científicas e técnicas, por um lado, e o acesso aos grandes mecanismos financeiros, por outro. Nesta perspectiva, a UE encontra-se preparada para dar o seu contributo atra-

vés de ligações desenvolvidas com organismos similares noutros países europeus (designadamente em Espanha, França, Alemanha e Reino Unido), por um lado, e em países em desenvolvimento, por outro. Salientam-se, neste caso, convénios e protocolos estabelecidos com diversos organismos governamentais dos diversos PALOP.

* Pró-reitor para a Cooperação

Angola, 16 anos depois

Ainda não é hoje que os angolanos conhecerão a data em que, pela primeira vez, irão exercer livremente o seu direito cívico de eleger os deputados e, provavelmente, o Presidente da República.

Contrariando a expectativa gerada na semana passada sobre o assunto, não será neste 11 de Novembro que a data das eleições gerais do próximo ano será anunciada, ficando no ar a dúvida sobre quando é que isso acontecerá. Segundo os acordos de Bicesse, assinados no fim de Maio, haverá pouco que escolher, entre Setembro e Novembro de 1992, mas essa não é exactamente a lógica de todas as forças políticas angolanas.

Enquanto Setembro é para a UNITA o período ideal para o escrutínio, o Governo só vai adiantando que está interessado, mais que qualquer outra força política, em que as eleições se realizem no prazo acordado, sem apontar uma data precisa. E as diversas forças emergentes estão divididas quanto ao assunto, defendendo uma parte delas o prolongamento do período de transição para melhor se prepararem para a corrida eleitoral.

A realizarem-se as eleições entre Setembro e Novembro de 92, sobraria pouco tempo para que os novos partidos se fizessem sentir em todo o país, conhecendo-se as suas dificuldades de trabalho, que partem até do facto de a maior parte não ter conseguido reunir as três mil assinaturas necessárias para solicitar a sua inscrição oficial no Tribunal Supremo.

Acresce-se o facto de quase todos eles não terem realizado ainda qualquer reunião de âmbito geral para eleição dos corpos directivos e defini-

ção da sua real estratégia e objectivos. Excepção é a Frente para a Democracia (FPD), que no último fim de semana foi ao Huambo realizar a sua convenção nacional.

Quadro de bipolarização

Apesar de o Governo ter proposto ao Parlamento o aligeiramento da lei dos partidos políticos, fica difícil adivinhar qual será o desempenho das várias forças num quadro definitivamente marcado pela bipolariza-

ção entre o MPLA e a UNITA. A proposta refere que deixa de ser necessária a apresentação de atestados de residência para o processo de recolha das três mil assinaturas, podendo a residência ser comprovada através de bilhete de identidade que, por seu lado, pode ser substituído como documento probatório por outros julgados autênticos pelo tribunal.

Segundo a lei dos partidos, as comissões instaladoras têm um prazo de seis meses para fazerem o seu registo definitivo, logo que tenham recolhido três mil assinaturas, das quais 150 pelo menos em cada uma de 14 províncias. E o Governo propôs agora que o Parlamento deixe em aberto a possibilidade de o Tribunal Supremo prorrogar o período durante o qual as comissões instaladoras poderão reunir o material necessário à sua transformação em partidos.

O Governo adoptou, igualmente, algumas medidas de apoio à instalação das novas formações políticas, tais como a atribuição de passaportes diplomáticos e tratamento protocolar aos seus dirigentes, bem como um subsídio de instalação, em montante ainda a definir, quer em moeda nacional quer em divisas.

Mesmo assim, não é fácil prognosticar o quadro político de Angola daqui a dez meses, por altura das eleições, atendendo a que, pelo que se tem visto, uma parte das novas forças deverá ficar pelo caminho.

Um aniversário interessante

Mas este 11 de Novembro, décimo sexto aniversário da proclamação da independência de Angola, não deixa de ser curioso e interessante. Pela primeira vez, desde 1975, os líderes das três forças políticas que fizeram a luta anti-colonial e subscreveram os acordos de Alvor, no Algarve, estão simultaneamente em Luanda.

Holden Roberto, da FNLA, regressou há dias de uma longa digressão pelos Estados Unidos e Europa, enquanto Jonas Savimbi, da UNITA, voltou de uma viagem a Marrocos e à Costa do Marfim. Agostinho Neto, o terceiro signatário daqueles acordos, que possibilitaram a proclamação da independência, faleceu em 1978 e foi substituído à frente do MPLA por José Eduardo dos Santos, actual Chefe de Estado.

Neste primeiro aniversário da independência celebrado em paz, persistem em Angola problemas tão graves como o do acantonamento das tropas dos dois exércitos, que está com um atraso superior a quatro meses e que preocupa seriamente todos os lados, dado o perigo que a sua não efectivação representa. Em muitas zonas onde os militares já estão aquartelados registam-se deserções em busca de víveres, pois é grande a penúria, apesar dos programas de assistência das Nações Unidas e dos Estados Unidos.

Com os militares fora dos quartéis — e armados — a situação torna-se complicada, pois pode resultar no aumento da insegurança que já se vive, com acréscimo considerável da violência urbana e repetição de conflitos mortais entre elementos das duas forças militarizadas.

O processo de paz leva consideráveis atrasos, que terão inevitavelmente consequências no período previsto para as eleições. Muitos problemas que se têm constatado não foram previstos em Bicesse e só com muita habilidade dos observadores estrangeiros se tem conseguido manter o equilíbrio que hoje permite aos angolanos comemorar efusivamente o dia nacional.

A festa, porém, decorre parcialmente às escuras, dado que algumas das principais cidades, incluindo Luanda, estão sem energia eléctrica, por avaria dos sistemas de forne-

cimento. Mas, ainda assim, são muitos os motivos de regozijo para um povo que anda há 30 anos sob a pressão das armas e que ainda tem guerra na província de Cabinda.

O Governo vai anunciar nos próximos dias a segunda fase do seu programa de acção, com um leque de medidas que tornará ainda mais difícil a vida dos cidadãos, mas que se tornam inevitáveis devido ao afundamento económico em que o país se encontra, seriamente necessitado de apoios financeiros externos. E o Fundo Monetário Internacional determinou que tais apoios só virão se foram aplicadas as tais medidas anti-populares.

Sem o troar dos canhões, os angolanos assinalam este 11 de Novembro com a esperança de que nada será como dantes e que no próximo ano terão a sua maior prova de maturidade quando forem chamados a escolher quem dirigirá os seus destinos.

Por enquanto, são forçados a acompanhar a troca de palavras entre as diversas forças políticas, com a barriga vazia e mergulhados num mar de dificuldades que se agravam a cada dia e que nem os movimentos grevistas conseguem ultrapassar. E é por isso que muitos perguntam, ingénua ou ironicamente, "quando é que acaba a independência", pois entendem que estes 16 anos só lhes trouxeram miséria e destruição, em muito maior grau do que nos tempos coloniais. ■

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 7 NOVEMBRO 1991

Exposição de artistas angolanos

OBRAS DE 16 artistas angolanos vão ser expostas no Padrão dos Descobrimentos a partir do dia 11, Dia Nacional de Angola, para celebrar o décimo sexto aniversário da independência daquele país. A exposição, organizada pela ELO — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação e pela recém-criada Fundação Paço d'Arcos, apresenta obras de artistas naturais ou longamente residentes em Angola. Destaca-se como valor local recente António Ole e as presenças de portugueses como a jovem Dora Iva Rita, como Gracinda Candeias ou como o conhecido escultor José Rodrigues. Presentes ainda Eleutério Sanches, escultor angolano residente em Lisboa, e Neves e Sousa, conhecido pintor estabelecido no Brasil mas regularmente exposto entre nós. ■

Angola em paz, apesar de tudo

A MORTE do antigo piloto militar ocorrida em Luanda parece não ter comprometido o processo de paz angolano, mas os trabalhos respeitantes à realização das eleições e à formação do Exército nacional poderão ficar paralisados durante algum tempo.

Na capital, o ambiente está cada vez mais carregado e têm sido frequentes os insultos de populares a membros da UNITA. O incidente do passado fim-de-semana mereceu ampla cobertura televisiva e quarta-feira o funeral do ex-capitão transformou-se numa manifestação, o que no entanto não teve quaisquer consequências.

Segundo uma fonte diplomática comunitária, «Luanda não é uma cidade favorável à UNITA e a verdade é que os seus membros têm por várias vezes sido objecto de críticas e até de insultos de populares». No entanto, militares da organização e até alguns dos seus responsáveis têm aparecido em locais públicos em traje civil e desarmados, embora acompanhados de seguranças.

De acordo com a versão do

incidente apresentada pela UNITA, um dos seus homens, de guarda à moradia de Salupeto Pena, foi na noite de domingo agredido por um civil que saiu de um «jeep» onde dois outros homens se encontravam. Receando pelo seu camarada, um sentinela, dentro da casa, teria aberto fogo, matando o ex-capitão da Força Aérea.

Segundo o Governo, o antigo piloto, depois de ter sido abordado e identificado pelos homens da UNITA, foi levado para dentro da casa, onde seria morto.

Um dos amigos que acompanhavam o falecido foi atingido pelos disparos, enquanto o outro teria sido levado para o interior da habitação, de onde terão deixado sair depois de provar ser da FNLA.

Apenas num ponto as duas versões coincidem: os homens estavam desarmados e embriagados.

Encontrar um compromisso

A CCPM procurou encontrar durante toda a semana uma

solução que «fizesse justiça», respeitasse os Acordos do Estoril e evitasse a paralisia do processo. Um compromisso que se provou extremamente difícil dado o «radicalismo dos dois lados». Segundo uma fonte da Comissão, o inquérito deveria ser dirigido pela polícia e acompanhado por um observador da UNAVEM e outro da UNITA a fim de garantir a independência do processo.

«A Polícia quis prender o homem assim que ele confessou», disse a mesma fonte. Mas a UNITA, alegando que ele cumprira ordens para garantir a segurança, recusou entregá-lo, sustentando que se tratava de uma agressão entre militares, logo da competência da CMVF.

«Se o sentinela foi provocado e agredido no exterior, como diz a UNITA, apesar do morto ter sido militar, pode haver lugar para uma intervenção da CMVF. Agora se a versão correcta é a do Governo, é um caso de delito comum», explicou a fonte da CCPM, admitindo que, «embora tenha havido violência

desnecessária, pode-se, se houve agressão no exterior, considerar um caso de legítima defesa excessiva».

Para oficiais das FAPLA a diferença entre as duas situações não é muito grande: «Como militares tinham obrigação de ser capazes de dominar três homens desarmados e embriagados sem o recurso a armas de fogo. É para isso que são treinados», afirmou um oficial superior em conversa com o EXPRESSO. Este militar recusou no entanto que o processo de paz pudesse estar comprometido mas a sua posição quanto a «levá-lo (ao soldado da UNITA) perante a justiça» não podia ser mais clara.

No final da semana, os observadores à CCPM procuravam um compromisso envolvendo representantes seus no inquérito destinado a determinar o enquadramento do crime. «As partes terão de aceitar a decisão da CCPM. Se não o fizerem fica identificada a parte que não quer respeitar a decisão», sublinhou um dos observadores, salientando que não se pode

«continuar a perder tempo desta maneira».

Um processo tranquilo

Desde o final das hostilidades, em Maio deste ano, as tropas das FAPLA e das FALA envolveram-se num trabalho conjunto de desminagem de itinerários principais. Nos gabinetes, em Luanda, os representantes do Governo e da UNITA têm-se mostrado cooperantes nas várias comissões, desde a CMVF à CCFA (Comissão para a Formação das Forças Armadas).

Mas em paralelo com a tranquilidade militar com que tudo tem decorrido — apesar de pequenos incidentes em Benguela e Malanje — os políticos envolveram-se já numa luta eleitoral cerrada que não tem contribuído para criar confiança junto dos civis.

Deste modo os acontecimentos desta semana, na capital, acabaram por assumir proporções dramáticas. O prolongamento da crise durante toda a semana e a aproximação de um fim-de-semana prolongado, com as celebrações da In-

dependência na segunda-feira, podem assim originar incidentes entre civis. «Os militares estão controlados, mas entre os civis há armas a mais», comentava, quinta-feira, um intelectual luandense recoso que possam ocorrer incidentes.

Por seu turno, fontes diplomáticas salientavam que os atrasos, nomeadamente na Comissão de Verificação da Neutralidade da Polícia, impediam a «execução de algumas soluções alternativas para garantir a segurança da UNITA. Se a máquina já estivesse a funcionar seria possível à polícia garantir a segurança no exterior das instalações e aos homens da UNITA garantir a segurança no interior», disse um dos membros da CMVF, que acrescentou: «O desaparecimento das fardas da rua só iria contribuir para a estabilidade».

Uma estabilidade que não tem sido ajudada pela campanha em que MPLA e UNITA se envolveram visando posicionar-se desde já para as eleições.

Benjamim Formlgo

Em mensagem de Eduardo dos Santos a Cavaco Silva

Luanda quer mediação de Lisboa no caso de Cabinda

O Governo de Angola volta a pedir a mediação portuguesa para solucionar outro dos seus problemas internos. Trata-se da situação de instabilidade que se vive em Cabinda. Ontem, depois de ter recebido o dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, e quase em cima da hora da partida para Roma, onde hoje participa na cimeira de chefes de Estado e de Governo dos países da NATO, Cavaco Silva recebeu, em São Bento, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Venâncio de Moura.

O dirigente angolano foi portador de uma mensagem especial do presidente José Eduardo dos Santos, na qual o Governo de Luanda pede a Cavaco Silva para que o Governo português empenhe os seus bons ofícios na resolução do problema do separatismo em Cabinda. Trata-se de pedir a Portugal que faça diligências

que permitam encontrar em Cabinda um interlocutor único que possibilite a negociação de um estatuto de autonomia sem que o enclave deixe de ser parte do Estado angolano. A Frente de Libertação do En-

clave de Cabinda, tida como a força local mais expressiva, não reconhece a autoridade do Governo de Luanda e advoga que perante o tratado de Simulambuco, Cabinda é protectorado de Portugal. Deverá caber a Durão Barroso entabular contactos com a FLEC, tida como a força mais representativa de Cabinda. Curiosamente, o número dois da UNITA, N'Zau Puna, é natural do enclave e defende a permanência no Estado angolano.

A proposta de Dhlakama

Entretanto, Afonso Dhlakama não quer só o envolvimento de Portugal nas negociações de Roma. Ontem, na audiência com Cavaco Silva, disse que devia ser Portugal a cooperar com Moçambique na formação de um exército único, logo que se consiga o acordo de cessar-fogo. Para Portugal poder intervir é agora necessária a anuência dos mediadores italianos e a formalização do mesmo pedido por parte do Governo de Maputo.

Dhlakama disse a esse propósito que vai a Roma apresentar a sua proposta ao Governo italiano e declarar a disponibilidade de Portugal nas condições já expressas por Durão Barroso e que ontem foram lhe foram confirmadas na audiência com Cavaco Silva. Quanto ao Go-

verno de Moçambique, Dhlakama entende que Joaquim Chissano não vai declarar-se contra depois de já ter manifestado o seu desejo de Portugal se envolver mais activamente no processo de paz. Tanto assim que Portugal já coopera a diversos níveis com o regime de Luanda, nomeadamente na formação de quadros militares.

De fora, neste processo e no parecer do dirigente da Renamo estará a União Soviética cuja participação, neste momento, Dhlakama diz não se justificar. O Governo português vai agora aguardar o desenvolvimento das diligências do líder da Renamo ao mesmo tempo que os resultados da série de audiências que este manteve em Lisboa vai ser transmitido a Joaquim Chissano. Admite-se também que Cavaco Silva aborde informalmente a questão com o primeiro-ministro italiano, aproveitando o encontro da Cimeira da NATO em Roma.

Ontem ao fim da tarde foi a vez de Afonso Dhlakama ser recebido pelo Presidente da República, uma audiência que fechou os principais objectivos da visita a Lisboa. O ser recebido por Mário Soares teve grande significado para o dirigente rebelde moçambicano, tratando-se da primeira vez que Belém abriu as portas a um líder do movimento, em atitude que significa o apoio do Presidente da República às diligências que favoreçam a aceleração do processo de paz. Assente ficou a posição portuguesa de não interferir nos procedimentos dos mediadores italianos, vincando-se sempre que Portugal não é nem será chamado a substituir-se aos esforços da Itália.

Amanhã é o último dia da visita de Afonso Dhlakama que este pretende ocupar com uma romagem ao Santuário de Fátima, iniciativa que alguns comentadores associam ao desejo do dirigente da Renamo se distanciar das múltiplas acusações de violência e vandalismo gratuitos feitas ao seu movimento. ■

Conoco investe em Angola

A COMPANHIA petrolífera norte-americana Conoco inaugurou, no município de Ambriz, Nordeste de Angola, um hospital e uma escola de II e III nível, no quadro de projectos sociais de apoio ao Governo de Luan-

da. Entre outras ofertas, a Conoco doou ao sector local de pescas cinco embarcações para a captura de pescado. Os projectos de apoio concretizados pela Conoco estão avaliados em 90 mil contos. ■

Elf no Congo e em Angola

A companhia de petróleo francesa Elf-Aquitaine assinou em Brazzaville um acordo de associação dizendo respeito a uma autorização de pesquisa, dita Marine III, num jazigo *off-shore* na parte Norte da costa congoleza. A duração da autorização é de 10 anos e a área coberta de 956 km². Elf será o operador principal, com 42,5 por cento das partes.

Elf assinou ainda, mas desta vez com a Sonangol, um contrato de pesquisa e de exploração dizendo respeito ao Bloco 7, situado entre Luanda e Porto Amboim, sobre 4000 km². Elf será o operador, com 48 por cento do capital, associado a cinco outras empresas. O grupo pretende fazer nove furos e dispõe de um período inicial de três anos para o fazer. ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 11 NOVEMBRO 1991

FLEC reúne-se em Lisboa

COMEÇOU ontem no Forum Picoas, em Lisboa, uma Conferência de três dias da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), da qual sairá o Conselho Supremo de Coordenação da organização e o respectivo presidente. Aos trabalhos, que estão a decorrer à porta fechada, assistem cerca de 70 delegados que além dos naturais de Cabinda a viver em Portugal, vieram de locais tão diferentes como Cabinda, Zaire, Angola, Congo, Gabão, Camarões, França, Suíça ou Canadá.

Participam no encontro, "todos os chefes históricos e representantes das várias sensibilidades". O objectivo, como explicou ao PÚBLICO o porta-voz da organização, António Cunha, é o de "concertar o discurso e a atitude política da FLEC e encontrar uma liderança, na sequência das solicitações do governo angolano para que se encetem negociações" com a mediação portuguesa.

A FLEC pretende definir, internamente, a liderança da organização, que estava até agora dispersa pelas diversas sensibilidades. "Entendeu-se que era negativo a continua-

ção desta dispersão e realizou-se recentemente em Cabinda uma conferência de sábios que criou um comité preparatório até à realização desta conferência", explicou o porta-voz da FLEC.

O pedido de mediação portuguesa nas futuras negociações, feito pelo Governo angolano, é recebido pela FLEC com cautela. "A mediação portuguesa é uma reivindicação nossa, o Governo angolano limitou-se a vir ao encontro das nossas aspirações. Porém, a promessa de autonomia não nos satisfaz".

A FLEC continua a defender que a vontade do povo de Cabinda é a de obter a independência. "As promessas do governo angolano confundem-se com um discurso eleitoralista visando interesses obscuros que não os do povo de Cabinda", afirma António Cunha, que critica o facto de não terem sido até agora adoptadas medidas que fundamentam a promessa de autonomia. A FLEC defende a consulta ao povo de Cabinda através de um referendo.

Durante o dia de hoje, serão discutidos três documentos: uma "plataforma de unidade", o "regulamento interno da conferência" e o "código do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC". Amanhã, será feita a "entronização do Conselho Supremo de Coordenação" e empossado o presidente. A Conferência encerrar-se-á com uma declaração final do presidente do Conselho. ■

Nuno Ferreira

PÚBLICO — SEXTA-FEIRA, 8 NOVEMBRO 1991

Seminário em Luanda

Angola reafirma caminho das reformas

O GOVERNO angolano comprometeu-se ontem, a "perseguir na via das reformas, um compromisso que é a garantia real de que valerá a pena, investir em Angola", afirmou Aguinaldo Jaime ministro das Finanças do governo de Luanda.

As afirmações deste membro do governo de Eduardo dos Santos foram realizadas na abertura de um seminário sobre "Investimento e Cooperação Industrial em Angola", organizado pelo Instituto de Comércio Externo de Portugal (ICEP), pelo Centro para o Desenvolvimento Industrial (CDI) e pelo Ministério angolano da Indústria.

O ministro Aguinaldo Jaime respondia assim às dúvidas manifestadas por muitos em-

presários sobre a oportunidade de investir numa altura em que Angola vive um período de transição, lembrando também que os Acordos do Estoril "reconhecem o governo angolano e não consagram nenhuma limitação do ponto de vista económico e financeiro". O seminário que contou com a participação de mais de 300 empresas angolanas e portuguesas, realiza-se no âmbito da presença portuguesa na oitava edição da Feira Internacional de Luanda, FILDA-91.

As autoridades de Angola são representadas no encontro pelos ministros do Plano, Emanuel Carneiro, da Indústria, Justino Fernandes, pelo vice-ministro da Indústria, Arão de Almeida e pelo chefe do Gabinete de Redimensionamento, Manuel Duque. ■

PÚBLICO — SABADO, 9 NOVEMBRO 1991

Cohen em Angola

O SECRETÁRIO de Estado adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, é aguardado segunda-feira em Luanda, onde assiste às celebrações do décimo sexto aniversário da proclamação da independência de Angola e participa numa reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Nesse dia, o Governo angolano — que conta também com a presença do secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso — deve anunciar a data das primeiras eleições multipartidárias e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, fará uma "importante comunicação". Quanto a Georges Chikoti, presidente do Fórum Democrático Angolano, disse ontem ao PÚBLICO que o seu grupo tenciona ter até ao fim do mês as 3000 assinaturas necessárias para se legalizar como partido. ■

PÚBLICO — SEGUNDA-FEIRA, 11 NOVEMBRO 1991

Angola vota em Setembro

O PRESIDENTE de Angola, José Eduardo dos Santos, anunciou ontem, durante uma comunicação ao país no âmbito do 16.º aniversário da independência, a intenção do seu Governo de realizar eleições gerais na "segunda quinzena de Setembro de 1992", noticiou a agência Lusa. Uma data mais rigorosa, de acordo com Eduardo dos Santos, depende agora do cumprimento, "até meados deste mês", de questões como

o acantonamento total das tropas e a resolução, no quadro da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), dos problemas que ainda se levantam à extensão da administração do estado a todo o território angolano. "Infelizmente, não foi possível harmonizar os pontos de vista de todos os partidos e forças políticas" para "anunciar hoje [ontem] uma data", disse o Presidente. Por isso, "as consultas vão continuar". ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 DE NOVEMBRO DE 1991

Balanço do processo de paz em Angola é o motivo que leva a Luanda, onde chegou ontem à noite, o subsecretário de Estado dos Estados Unidos para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, juntamente com o secretário de Estado português para a Cooperação, Durão Barroso, e com o chefe da Direcção África do MNE da URSS, Aleksandr Smirnov, que são aguardados hoje na capital angolana. Os representantes de Portugal, Estados Unidos e União Soviética, que se deslocam a Luanda por altura do 16.º aniversário da independência, deverão participar, na terça-feira, numa reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), estrutura que assegura o controlo político global do processo de paz.

Governo angolano anuncia a data das eleições livres

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 DE NOVEMBRO DE 1991

O GOVERNO angolano escolheu o dia de hoje, quando ocorre o 16.º aniversário da independência do país, para fazer o anúncio formal da data das primeiras eleições livres e democráticas.

Embora não tenha sido anunciada qualquer cerimónia oficial de cariz político para celebrar o aniversário da independência, que ocorre pela primeira vez sem o troar das armas, os Luandenses esperam contar com representações a alto nível dos principais responsáveis pela conquista da paz no país.

E embora nem tudo esteja a correr como o povo angolano desejaria — verifica-se um atraso no acantonamento das tropas e na neutralidade da Polícia, por exemplo —, os Angolanos consideram que valeu a pena todo o sacrifício para conseguirem tomar o destino nas suas próprias mãos, para se sentirem, «enfim, angolanos».

«Apesar de toda a miséria e de toda a desgraça que se abateu sobre o nosso país nestes últimos 16 anos, há um aspecto positivo a ressaltar, que é o facto de o povo angolano, mesmo dividido, mesmo sofredor, se sentir enfim responsável pelo seu próprio destino e a responsabilidade dá dignidade», afirmou à Lusa um angolano residente em Luanda.

As eleições, cuja data será

hoje anunciada, dará ao povo angolano a possibilidade de, pela primeira vez desde a independência, escolher directamente os seus representantes e os seus dirigentes.

Possibilidade alcançada após um longo período de guerra que destruiu as infra-estruturas do país, deixou um número incalculável de estropiados, enlutou famílias, e a que a mediação portuguesa pôs termo ao conseguir que as partes em confronto se sentassem à mesa das negociações e optassem pela paz.

Ruas de Luanda reflectem novo espírito

As ruas de Luanda, embora ainda marcadas pelos anos de guerra, reflectem o novo espírito que se vive no país, o do multipartidarismo: faixas com lemas e siglas fazem apelo ao voto dos cidadãos, embora as aderências aos novos partidos se estejam a fazer de forma ainda um pouco tímida.

Reconciliação e reconstrução são as palavras-chave mais utilizadas, precisamente numa altura em que os Angolanos procuram recuperar a confiança e aproveitar ao máximo as vantagens que surgem da abertura de um sistema monolítico.

Hoje, um pouco por toda a parte, mas principalmente

nas cidades, os Angolanos celebram não só a independência mas também a paz.

Grupos de Cabinda exigem independência

Um outro povo exige, entretanto, tomar em mãos o seu próprio destino. Trata-se do povo de Cabinda, que recusa manter-se na dependência do Estado angolano, «tal como no passado, os Angolanos não aceitaram ser portugueses», segundo afirmou Francisco Bambi na abertura do fórum que decorre em Lisboa.

Delegados, num total de 56, das várias tendências independentistas de Cabinda, aglutinadas na Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) encontram-se reunidos na capital portuguesa numa Conferência de Quadros e Patriotas Cabindenses, com o objectivo de instituir uma coordenadora que os represente no diálogo oficial com o Governo de Luanda.

Criticando Portugal por ter aceite, na altura da descolonização dos territórios africanos, a integração do protectorado de Cabinda no Estado angolano, os delegados cabindenses apostam, porém, na mediação do nosso país para alcançar das autoridades de Luanda a independência que almejam.

Pinto de Andrade em Lisboa

JOAQUIM PINTO de Andrade, presidente do Partido Renovador Democrático (PRD) angolano, chega quinta-feira a Lisboa com o objectivo de iniciar uma «primeira prospeção» de eventuais apoios «financeiros e diplomáticos» para o seu partido. Em declarações à Lusa, Pinto de Andrade referiu que a visita terá a duração de uma semana e será aproveitada para «estabelecer contactos pessoais a nível de amigos», mas admitiu encontrar-se com responsáveis do PS, do PSD e com «outros que mostrem interesse».

8.11.1991 O JORNAL

Pinto de Andrade apresenta PRD

Joaquim Pinto de Andrade, dirigente histórico do nacionalismo angolano, deverá ter chegado, ontem, quinta-feira, a Lisboa, à frente de uma delegação do PRD (Partido Renovador Democrático), cuja presidência assumiu no último Verão. Informar os dirigentes e a opinião pública portuguesa sobre a sua adesão ao PRD e dar a sua visão sobre o processo em Angola são os principais objectivos da missão de Joaquim Pinto de Andrade, um dos fundadores do MPLA, na década de 50. A chegada da delegação angolana estava prevista para ontem, pelo que a audiência com Mário Soares, marcada para hoje, sexta-feira, teve que ser adiada.

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 5 NOVEMBRO 1991

Soares escreve ao arcebispo de Luanda

O PRESIDENTE da República, Mário Soares, salienta, em mensagem enviada ao arcebispo de Luanda, «o notável papel que a Igreja Católica angolana vem desempenhando, há longos anos, em prol da paz, do diálogo, da liberdade e do restabelecimen-

to dos direitos fundamentais da pessoa humana» na «tão martirizada terra de Angola». Datada de 27 de Outubro, mas só ontem divulgada, a mensagem de Soares é dirigida a D. Alexandre do Nascimento a propósito das comemorações dos cinco sécu-

los da evangelização de Angola, efeméride que «atesta — para lá das contradições próprias da era colonial — o profundo significado humanista e a vitalidade dos históricos laços de fraternidade que unem as nossas duas nações, não apenas no estrito

âmbito linguístico, mas também no mais amplo sentido espiritual e cultural». O Presidente salienta ainda o papel do cardeal Nascimento no «clima conducente ao processo de paz e de reconciliação nacional em curso» em Angola. ■

o primeiro teste

LUANDA

Do nosso enviado
Benjamim Formigo

A SITUAÇÃO em Luanda continuava potencialmente perigosa ao fim da tarde de ontem na sequência de um incidente, há uma semana, entre um ex-militar da Força Aérea — que viria a falecer — e soldados da UNITA. O Governo reforçou o patrulhamento da capital, procurando evitar recontros que possam pôr em causa o processo de paz, enquanto relatos de um outro incidente — não confirmado — entre ex-agentes da Segurança e elementos da UNITA contribuíam para adensar o ambiente.

Apesar de tudo, na manhã de ontem tomaram posse os dois comandantes das Forças Armadas Angolanas — a nova estrutura militar que, no âmbito dos Acordos do Estoril, irá substituir as FAPLA (governamentais) e as FALA (da UNITA), e está prevista para meados da próxima semana a chegada a Angola do primeiro grupo de oficiais portugueses que, no Huambo, antiga Nova Lisboa, irão formar os primeiros quadros das FA.

Com um fim-de-semana de festa, prolongado, e as celebrações da independência, a cerveja vai correr «e não podemos esquecer que alguns ânimos mais exaltados possam ter a tentação de fazer provocações graves em locais onde se encontrem militares da UNITA», disse ao EXPRESSO uma fonte governamental, esclarecendo que «foi montado um dispositivo para evitar um agravamento da situação».

Segundo uma fonte da

Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), se houver retaliação pela morte do piloto o processo de normalização angolano sofrerá um revez «muito difícil de recuperar».

Crime comum ou violação dos acordos?

Durante toda a semana, a CCPM abandonou a agenda normal de trabalhos para se ocupar de um «braço de ferro» entre Governo e UNITA acerca do modo como o inquérito à morte do ex-piloto deve ser conduzido. As versões do incidente divergem e a CCPM tentou reconstituí-lo, a fim de decidir se deveria ser tratado como um crime de delito comum — como o Governo defende — ou uma violação dos Acordos do Es-

toril e ser entregue aos mecanismos da CMVF (Comissão Mista de Verificação e Fiscalização) — segundo pretende a UNITA.

Ao longo da semana, o Governo foi pressionado pelos seus militares, enquanto a UNITA, por seu turno, alegava que o militar que abriu fogo contra o antigo capitão da FAPA (Força Aérea Popular de Angola) estava à disposição da polícia para o inquérito. No entanto segundo foi anunciado o movimento recusa a sua prisão por ele «estar a cumprir ordens e a garantir a segurança das instalações onde se encontrava» — uma vivenda, perto do largo da Maianga, onde vive o representante da UNITA na CCPM, Elias Salupeto Pena (ver texto pág. 8).

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE NOVEMBRO DE 1991

Crime adia paz em Angola

LUANDA
do nosso enviado
Benjamim Formigo

A SUSPENSÃO da tomada de posse do comando das novas Forças Armadas angolanas é, para já, a consequência mais grave da tensa situação que se vive nos meios políticos de Luanda, após a morte, há uma semana, de um oficial das FAPLA, abatido por um soldado da UNITA.

A tomada de posse, que agora está prevista para sexta-feira, era o único facto visível de que o processo de paz ainda estava em movimento. A decisão foi tomada ao fim da manhã de ontem, no quadro da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), e todo o corpo diplomático que fora convidado para a cerimónia foi desconvocado. Em todo o caso, admite-se que a chegada do líder da UNITA a Luanda, ocorrida ontem, possa vir a desbloquear o impasse.

Na origem da situação esteve a morte de um capitão-piloto na reserva, ocorrida após uma altercação com soldados da UNITA. Para o Governo foi um homicídio premeditado, enquanto para a UNITA tratou-se do cumprimento de ordens, em resposta a uma

provocação de um militar governamental.

A irreduzibilidade dos dois lados polarizou a atenção da CCPM (ver páginas 1 e 9 do caderno internacional). Foram congelados os «dossiers» que deveriam ter sido analisados e que seriam objecto de troca de impressões entre as partes angolanas, o secretário de Estado português para a Cooperação, Durão Barroso, e os representantes dos EUA e URSS, durante uma reunião extraordinária da CCPM marcada para o início da próxima semana.

O incidente e situação criada com a recusa da UNITA em entregar o soldado e a indefinição sobre se o militar deveria ser julgado em tribunal comum ou no âmbito da Comissão Mista de Verificação do Cessar-fogo chegou mesmo a pôr em causa a projectada deslocação a Angola de Durão Barroso, Herman Cohen e Vladimir Kasimirov.

A visita dos três diplomatas visa dar cobertura internacional ao anúncio da data das eleições pelo Presidente José Eduardo dos Santos, que, segundo fontes próximas da Presidência angolana, ocorrerão no início de Setembro de 1992.

Dezasseis anos depois da independência, rock chega à Angola

UHF: a luta continua mesmo sem luz

O concerto era às 20h00 de sábado, na Fortaleza de Luanda, e uma hora antes os UHF estavam em palco para o ensaio de som. Mas o dito palco eram dois camiões TIR, um cenário improvisado em que o grupo não tocava desde os primórdios do rock português. O ensaio de som estava marcado para as 14h00 do dia anterior, uma vez que o seu primeiro espectáculo era suposto ocorrer na noite precedente. É outro ritmo, outra civilização, e aqui o rock é uma música exótica e misteriosa, um ilustre desconhecido de que os UHF se fizeram os primeiros embaixadores.

Ontem não houve concerto porque não houve luz. A energia faltou não apenas no local do espectáculo, mas em Luanda inteira e ainda em Malange e Kwanza Norte. A culpa foi de uma ruptura de condutas na barragem de Cambambe, que abastece essas províncias. Não se sabe quando é que a corrente vai ser restabelecida e ninguém parece importar-se muito, pelo menos ao ponto da vida parar por causa disso.

Assim, para assegurar o concerto dos UHF um dia depois do previsto, a organização de Hélio e Cohen avançou a hipótese de usar geradores. Mas, quase milagrosamente, enquanto todo o resto de Luanda continuava às escuras, fez-se luz na Fortaleza para o ensaio de som. Um milagre bastante fragilizado, pois que no preciso momento em que a banda ensaiava a primeira canção, a energia voltou a cair. E lá foram os membros da organização a toda a velocidade à procura de gerador. Até se chegou a pensar em ir buscar um fora da cidade, a um quartel das Forças Armadas.

Sem gerador e sem público

Quando regressaram, duas horas depois e ainda sem gerador, a energia voltou de vez. Um problema foi resolvido e logo outro apareceu: já passava uma hora sobre a marcada para o início do concerto e ainda não ha-

via público dentro do recinto.

Os UHF estavam atónitos, mas a explicação não era menos surpreendente: o povo tem o costume de se espalhar nas imediações dos locais de espectáculo e só entra depois das bandas começarem a tocar.

Veio a Paula, menina da organização que acompanha a comitiva portuguesa, e declarou: "Estou muito nervosa, acho que vou começar a fazer confusão". Ninguém compreendeu bem o contexto, ou sequer o sentido, mas toda a gente concordou que aquilo devia ser uma saudação e alguém lhe respondeu que fizesse a confusão que quisesse, desde que fosse da boa.

Aí entrou o Manuel Barbosa, que chefia os técnicos de som dos UHF, e, com uma inconfundível pronúncia portuense, mandou Luís Espírito Santo avançar e fazer um preâmbulo na bateria, para chamar a malta.

Nada feito, porque aí o António Manuel Ribeiro, "líder e mentor do projecto" (como lhe chamam os outros) anunciou, ainda de cuecas, que assim — ou melhor, sem público — não entrava em palco. Manda levantar o volume ao PA (amplificação), o velho "The Wind Cried Mary", de Jimi Hendrix, ouve-se alto e bom som,

mas isso não contribui visivelmente para mobilizar o tal pessoal espalhado. Volta o Manuel Barbosa com uma pronúncia cada vez mais tripeira e anunciou aos berros que não levantava mais som nenhum e a verdade é que até deixou de se ouvir o que quer que seja.

Para aumentar a confusão, o Hélio da organização veio pedir a este jornalista do PÚBLICO que subisse ao palco para chamar o público, o que pelo menos chegou para me fazer corar.

Parecia que se estava à beira de um ataque de nervos, mas não. Sem causa visível, a balbúrdia foi cortada às 21h30 por um daqueles silêncios que às vezes ocorrem em recintos repletos de gente. Nessa altura, Luís Espírito Santo subiu ao palco de "T shirt" de alças e calções, seguindo-se-lhe os outros alguns minutos depois um pouco mais vestidos.

O povo foi-se chegando, mas em número não superior a meia dúzia de centenas. Muitos brancos e mestiços, a maior parte adolescentes. Os UHF não ligaram à fraca assistência, atacando "Nove Anos" com toda a força e aí as coisas começaram a aquecer. Foi entrando mais gente e a meio do concerto os espectadores já deviam chegar aos dois milhares.

Mas nada, nada que se assemelhasse aos cerca de dez mil bilhetes que a organização disse ter impresso e quase vendido na íntegra para o concerto da véspera — o tal que não chegou a acontecer. Na altura, António Manuel Ribeiro avisou que aqueles casos de anulamento costumam dar para o torto, de modo que convinha redobrar a promoção. Isso não aconteceu, mas a alteração da data não deve ter constituído o único motivo para tão fraca afluência. Fiz a pergunta a Cohen, a "quente", ali mesmo com os UHF em palco e ele falou-me do sorteio.

Mazda vence a banda

O quê? Pois, explicou, os bilhetes "só" para o concerto custavam 2500 kwanzas. Mas para além destes havia outros, pelos vistos os que se venderam mais, a 4000 kwanzas, acréscimo que dava acesso ao sorteio de um Mazda 626, ideia que partiu de um empresário português, que assim se associou à vinda da banda de Almada. Resumindo e concluindo, das pessoas que adquiriram bilhetes para o concerto, só cerca de um quinto estava mesmo interessada em ver os UHF.

Na altura eles não sabiam disso e mesmo que soubessem não devia fazer grande diferença, na maré em que estavam naquela noite. Vieram com um entusiasmo quase missionário, com essa responsabilidade de serem pioneiros no trazer o rock português (mesmo rock "tout court") a Angola. Mas chegaram e falhou o primeiro concerto marcado e isso só lhes fez aguçar a apetência. A consequência foi "só" terem duas mil pessoas e terem tocado como se fosse para 20 mil.

António Manuel Ribeiro assumiu-se como fera de palco do primeiro ao último instante. Poses de esplendor e fatalismo, simulação de êxtase e empurrões aos guitarristas, gritos de incitamentos e punhos levantados, convicção e garra, a fazer Luanda viver o existencialismo "rock'n'roll" contido em refrões como "o filme é aguentar sempre de pé" ou "fogo...fogo...tanto me atraís" (mas não "Amélia Recruta" e "Comédia Humana", que abordam mais explicitamente o tema da guerra).

Agora imaginem isto: os miúdos nas primeira filas sabiam todas as canções de cor, e quem não sabia aprendia ali mesmo. Temas como "Cavalos de Corrida", "De Segunda a Sexta-Feira" e "Noites Negras de Azul" deixaram aquela malta aos pulos, uns sobre os outros, a cantar em coro — pareciam os UHF, ou os Xutos, em Portugal, há dez anos atrás. Mas isto é Angola, onde a música é diferente e o rock só entra com os clips de Michael Jackson ou Madonna, numa hora semanal de televisão. Esta é a cidade onde Gilberto Gil, apesar de muito estimado, não consegue levantar o público das cadeiras; onde os Imagination foram vaiados há pouco mais de um mês. Em contrapartida, os UHF terem duas mil pessoas já é obra, e terem-nas neste grau de excitação então é uma autêntica proeza.

Uma proeza tão inesperada quanto tudo o resto, até mesmo o final. Depois de hora e meia de actuação escaldante, António Manuel Ribeiro deu a deixa do costume, anunciando que "Hesitar" seria o último tema.

Surpresa: o público avançou para o palco, fez a festa no meio dos músicos, mas, mal acabou o tema, levou à letra o que o vocalista dos UHF dissera e começou a evacuar o local.

Pois é, eles não sabiam o que é um "encore" e foi preciso ser a banda, por sua própria iniciativa, a regressar para "Cavalos de Corrida". Não sabiam, mas aprenderam ali mesmo e ficaram a pedir "bis". ■

Braz & Braz vai fazer «joint venture» em Angola

Eduarda Frommhold

O Braz & Braz, que aos poucos tem vindo a sair de uma crise que quase colocou em risco a sua viabilidade financeira, está disposto a recuperar a imagem que teve no passado, incluindo-se nos planos da actual administração a expansão à Africa lusófona.

Segundo declarações do administrador da empresa, Jaime Cortesão, em entrevista concedida ao DN, o Braz & Braz deverá estender as suas actividades a Angola já no próximo ano, possivelmente em regime de *joint venture* com investidores locais.

O objectivo é instalar os armazéns de mercadorias em Luanda, alargando posteriormente os pontos de venda a outras zonas do país. O projecto, que segundo aquele responsável «foi muito bem recebido em Luanda», aguarda apenas pela autorização do Governo angolano para avançar, prevendo-se a sua concretização antes do final de 1992.

O próximo ano vai, aliás, marcar também uma inversão nos resultados da empresa, afirmou Jaime Cortesão, uma vez que 1991 deverá ainda saldar-se no «vermelho», apon-

tando para um prejuízo de cerca de 200 mil contos.

Apenas um ano antes, este valor era de 580 mil contos negativos, contra 1,5 milhões de contos de prejuízos em 1989, altura em que Jaime Cortesão e António Simões adquiriram a totalidade da participação de Rui Teixeira Santos (cerca de 86 por cento). Recorde-se que foi sob a gestão deste que a empresa, que facturava cinco milhões de contos por ano e sempre tinha gozado de uma excelente imagem no mercado, se lançou numa derrapagem que quase terminou em falência.

Em Setembro de 1987, numa operação então qualificada como «o negócio do século», Teixeira Santos adquiriu 96 por cento das acções da empresa. A crise bolsista que se sucedeu veio, contudo, gorar as expectativas do jovem em-

presário, sem outra solução que não a de levar a empresa adiante. Mas a mudança de imagem que empreendeu foi outra aposta infeliz, deixando, ao sair, dois anos depois, dívidas à banca, fornecedores e trabalhadores, para não falar das prateleiras vazias, armazéns desfalcados e pesadas penhoras sobre o património, então de sete milhões de contos.

Uma das primeiras medidas adoptadas pela nova administração foi desfazer-se da loja das Amoreiras, cujos prejuízos rondavam os dois mil contos por mês, e tentar recuperar a tradicional imagem do Braz & Braz, destinado a um público popular, de poder aquisitivo médio. O sector das vendas por grosso teve também que ser abandonado, por não ter sido possível obter-se um financiamento externo para viabilizar totalmente a empresa, concentrando-se os esforços na venda a retalho e no sector hoteleiro.

A alienação de parte do património, que assim se fazia desnecessário, como os armazéns de Sacavém, serviu para saldar parte dos compromissos com a banca, encontrando-

-se o restante consolidado a cinco anos, com vencimento dos primeiros juros em 1993, explicou Jaime Cortesão.

Aquele responsável considera também que o Braz & Braz, «finalmente a ser gerido como uma empresa», é hoje economicamente viável, ainda que a



Braz & Braz tenta recuperar imagem

sua saúde financeira não lhe permita um relançamento comercial de pronto. «Acredito que o Braz & Braz vai recuperar-se sem sobressaltos nos próximos anos», afirmou, acrescentando que «o grande capital da empresa é o seu nome, estando a verificar-se já um regresso do público, que aos poucos vai encontrando o que precisa nas prateleiras».

Dos 30 a 40 mil itens hoje em comercialização — contra 200 mil à época da compra por Rui Teixeira Santos —, cerca de 80 por cento é constituído por material de rotação, explicou, «e estamos agora a tratar do acessório, que sustentou o lema «o Braz & Braz tem»».

Vendas voltam a subir

A facturação, que ronda actualmente 1,5 milhões de contos, deverá atingir os dois milhões já em 1992, prevendo-se um crescimento anual real de dez por cento para os próximos cinco anos. Do montante das dívidas, restam ainda por pagar cerca de 2,5 milhões de contos, metade do que fora «herdado» pela actual administração.

Além do estabelecimento

principal, na Travessa de São Domingos, a empresa possui lojas também no centro comercial Apolo 70, Cascais Shopping, Moscavide, Almacil e Areosa, esta aberta já este ano. A estratégia actual aponta, no entanto, para a abertura de novos pontos de venda, em zonas onde a população não tenha acesso às grandes superfícies comerciais, substituindo as vendas por grosso na província por vendas directas no pequeno retalho. Outro dos projectos em curso passa pela total informatização das lojas, serviço com que os clientes deverão poder passar a contar já a partir deste Natal.

Em todo este processo rumo à recuperação, o Braz & Braz tem contado com o apoio de muitos dos seus credores e fornecedores, tendo sido retiradas várias penhoras que vinham da gestão de Rui Teixeira Santos. Alguns, porém, não foram tão «compreensivos», como a DDB Neadham Worldwide & Guerreiro, Publicidade SA, que decidiu levar adiante a execução da penhora de um edifício na Rua D. Antão de Almada, a ser leiloado na próxima semana.

A Petrogal começa este mês a extrair petróleo em Angola

TRABALHANDO em Angola. (Qual é a situação de uma série de matérias-petro, chega-se ao Banco Nacional de Angola e o di-la? R. — A Petrogal tem um

almeite ali de petróleo bruto Eng.º Luis Forte — A Petrogal, em termos do off-shore de Angola, participa no Bloco I. Tem ali dez por cento de participação. E o centro de participação. E o Bloco I irá começar a produzir petróleo este mês. Uma pequena quantidade ainda, mas começará agora a produzir. O petróleo que se espera recuperar no off-shore de Angola não é uma empresa apenas comercial, é também uma empresa industrial — poderá utilizar essa linha de crédito ou uma parte dela que depois o governo de Angola pagará a seu tempo.

P. — Num caso como este, não seria de interesse que o pagamento fosse feito em dólares. Assim, sempre que o B.P. — Os contratos estão prontos para serem assinados e a criação prolongamentos das nossas empresas industriais será caminho relativamente fácil e promissor.

Por tudo isto, a entrevista com o eng.º Luis Forte, quando da vossa administração da Petrogal, e que vai significar quer pelas suas funções que pelo seu interesse — dizer factos em Angola uma empresa portuguesa e destina-se a adquirir mais vinte e um

em petróleo? R. — O petróleo é um problema complicado. A reconstrução de acordos com

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

Angola? R. — É possível que aumentasse a importação de petróleo de Angola? R. — É possível que aumentemos a importação de petróleo de Angola, mas apenas em princípio, que a Sonangol, realmente, tem um contrato com a Sonangol para a aquisição de quinze milhões de petróleo. O di-

que esse off-shore poderia dar, nomeadamente para que as empresas portuguesas beneficiassem das vantagens de capital estrangeiro. A GALP África neste momento não funciona. Destinava-se a ser o braço de intervenção ou de ligação com as nossas empresas africanas, quer em termos financeiros quer em apoios doutro tipo. E não está em funcionamento porque há várias versões sobre o off-shore da Madeira: uns dizem que não se aplica às empresas portuguesas, outros dizem que sim.

Em neste momento não sei bem se se aplicará ou não. Nós, Petrogal, instalámo-nos lá e estamos à espera que nos digam alguma coisa.

P. — E quais os projectos para Cabo Verde?

R. — Para Cabo Verde há um projecto que é um pouco ambicioso. Em Cabo Verde há dois operadores petrolíferos, a Shell e a Enacol. A Enacol é uma empresa estatal que económica e financeiramente não estará muito bem, tendo todos os problemas de uma empresa estatal com muita gente e muita burocracia. Ora já foi anunciado que o novo governo de Cabo Verde iria tentar a privatização da Enacol. E a Petrogal, que tem há vários anos um contrato de abastecimento à Enacol nas áreas da aviação e das bancas marítimas, é provável que ajude nessa privatização ou participe mesmo nela.

Ao perguntarmos ao eng. Luís Forte que mais nos gostaria de dizer sobre África, aquele gestor quis aproveitar para falar de outras oportuni-

dades que ali existem mas extrapetróleo. E porque as suas observações (ou o seu conselho, se quiserem) nos parecem da maior pertinência, resolvemos destacá-los desta entrevista, chamando para elas a atenção dos nossos leitores.

Exportar para África não será a melhor estratégia

A O ENCERRAR a entrevista que concebeu ao *Jornal-África*, o eng. Luís Forte fez questão de transmitir esta sua opinião acerca do comportamento a ter perante os mercados africanos. Vejamos a sua sugestão:

«Gostaria de aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção dos empresários portugueses para o facto de que não deveriam continuar a tentar vender para África, mas sim irem ali instalar-se com prolongamentos das suas unidades fabris. É verdade que para lá se instalarem há dificuldades de investimento, até porque o dinheiro português é muito caro, mas uma forma de contornar essas dificuldades seria o Governo português, através de uma qualquer instituição de crédito, criar linhas de crédito, que não seriam, para exportar, mas para o financiamento à instalação ali de empresas portuguesas, concendendo-lhes simultaneamente uma redução dos juros.

Há empresas portuguesas que têm uma tecnologia que não serve na CEE — estou a lembrar-me dos têxteis e da cerâmica mas há outras — e tenho a certeza de que há muitas máquinas nessas indústrias que colocadas num país africano poderiam continuar a funcionar com grande proveito.»

O JORNAL 8.11.1991

JORNAL 8.11.1991

Somague concorre em Anqola e Marrocos

A SOCIEDADE de empreitadas Somague, cotada nas bolsas nacionais e controlada em 60 por cento pela família Vaz Guedes, está a desenvolver a sua implantação nos mercados internacionais, tendo apresentado propostas nos concursos públicos para as obras de reabilitação das infra-estruturas urbanas de Lobito e Benguela (em Angola), e de construção de um plano inclinado no porto de Casablanca (em Marrocos). Quanto às obras em Angola, que se desenvolverão sob a égide do Banco Mundial, a empresa portuguesa concorreu directamente com mais de 80 candidatos (70 por cento dos quais representam sociedades estrangeiras) e integra agora um lote de 15 sociedades pré-qualificadas à adjudicação.

Em declarações ao EXPRESSO, o responsável para a área internacional da Somague disse que as obras angolanas incidirão na reabilitação das redes de esgotos, águas pluviais e de arruamentos das duas cidades.

«Tanto a pré-qualificação como a atribuição final da obra têm por base a experiência e a capacidade técnico-financeira de cada candidato, cabendo a última palavra ao Banco Mundial», adiantou Campos Forte.

No que toca à construção do cais inclinado do porto de Casablanca, a Somague parte

para o projecto através da sua associada Somaguinter («joint-venture» luso-marroquina onde a construtora nacional é maioritária), tendo como concorrente um consórcio franco-marroquino. O processo de adjudicação desta obra, orçada em cerca de 1,6 milhões de contos, encontra-se agora em fase final de apreciação.

No mercado externo, a Somague iniciou já a construção da doca-pesca da cidade da Praia, em Cabo Verde, obra orçada em cerca de 700 mil contos.

Quatro milhões em obras privadas

A Somague, que no seu relatório referente ao primeiro semestre deste ano assinalava um valor médio de adjudicação de obras públicas três por cento abaixo das respectivas bases de licitação — «preços distorcidos, que a portaria 854/91 poderá travar» —, aposta agora na dispersão da sua actividade por outros mercados.

Assim, através do sector privado, a Somague aumentou, no primeiro semestre do exercício, em cerca de quatro milhões de contos a sua carteira de encomendas, onde se destacam a construção do Hotel Tivoli, em Santarém, as infra-estruturas da Portsines, o tratamento de efluentes da fábrica de Cacia da Portucel, a

reconstrução do edifício-sede do Banco Totta & Açores e a construção de torre de habitação para a Emaco, em Miraflores.

Com uma facturação de seis milhões de contos nos primeiros seis meses do ano — o que representa um crescimento da ordem dos 11 por cento em relação a período idêntico de 1990 —, as previsões da Somague apontam para um volume de negócios que deverá ultrapassar os 13 milhões de contos no final do exercício, do que resultarão 300 mil contos de lucro líquido de impostos.

António Eça de Queiroz

EXPRESSO

9 DE NOVEMBRO DE 1991

'FILDA 91 — uma feira portuguesa'

«UMA feira portuguesa» — foi assim que um economista independente qualificou para o EXPRESSO a FILDA 91 para exprimir a diferença do nível de representação dos expositores portugueses em relação aos dos outros países. A presente edição da FILDA, que encerra uma componente ainda marcadamente política, deverá assinalar uma era meramente propagandista para começar a ensaiar na próxima edição de Junho de 92 novos desafios concorrenciais que gravitarão no futuro na órbita de uma economia de mercado, por isso, os observadores são unânimes em reconhecer que certame deste ano, que atingiu um nível organizativo superior aos anos anteriores, não deixou de retratar apenas um mosaico de intenções passíveis de serem concretizadas num outro universo económico e político.

Portugal, que tem noção desta realidade, esteve presente em força com 180 empresas, dez das quais expuseram pela primeira vez. Apesar desta forte aposta portuguesa, o actual cenário político angolano parece estar longe de proporcionar a captação de grandes investimentos lusos. De resto, o vice-presidente do Instituto do Comércio Externo Português (ICEP), Luís Correia da Silva admitiu que «o investimento estrangeiro poderá vir a ficar condicionado com a realização de eleições. «O apoio a prestar a Angola para a sua reabilitação económica defende claramente a situação política vigente e da introdução de novas regras de jogo entre os vários operadores a intervir neste processo» — declarou ao EXPRESSO um empresário da região norte de Portugal.

Dir-se-á que os negócios se mantiveram nesta feira, mais uma vez em «stand by». O investimento directo de Portugal no primeiro semestre deste ano atingiu os 123 mil contos num cenário que tende a baixar paulatinamente como ilustra o facto de Angola ter deixado no ano passado de ser o principal país de língua oficial portuguesa em África a beneficiar do investimento luso. Por seu lado, o tipo de operações decorrente do investimento directo angolano em Portugal, estimado em 27 mil contos, referem-se nomeadamente à constituição de novas empresas, criação de sucursais e aumento do capital na ordem dos 3,64 por cento.

Se no plano conjuntural poucos são os atractivos a oferecer por Angola ante um futuro que se afigura ainda incerto, distorções estruturais que asfixiam a sua economia em tempo de campanha eleitoral, continuam a constituir sérios obstáculos ao investimento estrangeiro, por outro lado, as pressões políticas que recaem sobre as reformas sucessivamente adiadas à cinco anos com a abortada aplicação do programa de saneamento económico-financeiro, colocam hoje o país numa situação de quase insolvência. Para mais, futuros financiamentos permanecem congelados pelo Banco de Portugal e Fundo Monetário Internacional que, segundo o ministro das Finanças, Aguiñaldo Jaime, condicionam um terceiro reescalamento da dívida «se e quando Angola acertar com estas instituições a aplicação de um programa de reajustamento estrutural eficaz».

Nova desvalorização do kuanza

Ontem, entretanto, o Conselho de Ministros deveria reunir para aprovar um novo pacote de medidas que, na opinião de um perito do Ministério das Finanças que esteve recentemente em Banguedoque na reunião anual do FMI, está longe de satisfazer as exigências desta instituição. Angola diz que não se sujeitará a pressões externas, devendo na próxima semana desvalorizar a moeda em 100 por cento contra os 600 por cento que o FMI sugere. Perante este braço-de-ferro a incógnita está em saber por quanto tempo mais Angola resistirá às imposições do FMI num momento em que se acentua a crise de tesouraria nas Finanças do país.

É neste quadro sombrio que se realiza a FILDA 91, transformada num palco em que os empresários, através de alguns contactos exploratórios com altos funcionários do Governo, aproveitam para manifestar as suas reservas perante a teia excessivamente burocrática que envolve o processo de redimensionamento para os operadores vindos do exterior, nomeadamente portugueses. É que não pode haver meios termos: o futuro rumo da economia angolana passa pela imediata privatização das pequenas e médias empresas, constituição de sociedades mistas, desintervenção de algumas unidades e desburocratização do redimensionamento.

Com um parque industrial obsoleto constituído por cerca de 2 000 empresas de diversos ramos, neste momento preocupa tanto a empresários angolanos como aos seus parceiros estrangeiros que apenas 60 unidades reúnam condições técnico-jurídicas para serem alienadas, enquanto diversas declarações e processos de intenções, segundo o gabinete de investimento estrangeiro, aguardam o parecer final do Ministério das Finanças. O cepticismo, não é, porém, generalizado. O presidente da Câmara angolana do Comércio e Indústria, António dos Santos é de opinião que alguns empresários estão dominados pelo «síndrome das eleições». A verdade, porém, prosseguiu, é que o país não se esgotará em Setembro ou Novembro do próximo ano e um compasso de espera poderá ser fatal para os empresários portugueses, tanto mais que outros potenciais investidores estão à espreita.

Com efeito, uma delegação de um grémio de pequenos e médios empresários portugueses residentes na África do Sul deverá deslocar-se ainda este ano a Luanda para explorar possibilidades de participar na reabilitação da indústria cerâmica, projectos agro-pecuários e recuperação de infra-estruturas (avaliadas só para as 50 pontes consideradas prioritárias pelo Governo em 5 milhões de dólares). Para o presidente da Câmara do Comércio angolana, «o mais importante não é esperar pela realização de eleições mas pugnar desde já por uma estratégia de condições mais atractivas para assegurar desde já o investimento». Entretanto, um decreto-lei aprovado esta semana pelo Conselho de Ministros autoriza a posse de diamantes e de divisas a qualquer cidadão, deixando deste modo de constituir um crime contra a segurança económica do Estado. Na sequência desta medida, serão

criados postos de venda de diamantes em troca de produtos, novos kuanzas ou divisas. Os angolanos poderão ainda a partir de agora abrir contas bancárias em divisas numa medida que visa arrecadar a liquidez de divisas que neste momento inunda o mercado paralelo.

Gustavo Costa
em Luanda

Manuel Dionísio
em Luanda

EM 1961, Salazar lançou a palavra de ordem: «Para Angola, rapidamente e em força». Tratava-se, na altura, de «segurar» a rebelião nacionalista angolana e os contingentes militares portugueses revezaram-se na manutenção do Portugal colonial durante os 14 anos seguintes.

Trinta anos depois, os portugueses ainda respondem ao apelo salazarista. Mas agora no aeroporto de Luanda não desembarcam militares, mas homens de negócios de todas as áreas.

Nos últimos dias, então, é ainda mais visível a presença dos portugueses em Luanda. Com uma temperatura média de 26 graus, descendo de automóveis alugados (mas nem todos com ar condicionado), eles aqui estão: de fato e gravata estampada, posando para uma fotografia de recordação nas ruas da baixa. O cidadão comum de Luanda pára por momentos e observa os novos apóstolos da economia de mercado sorridentes, afáveis, dando palmadas nas costas aos seus eventuais associados locais, num jeito bem português.

A razão de toda esta azáfama excepcional é a realização de mais uma edição da Feira Internacional de Luanda, a FILDA, que este ano acontece pela oitava vez, sendo esta a última organizada nesta altura do ano, em que o tempo começa a aquecer. Para o ano, está prometido, ela deverá acontecer em Julho.

Nesta edição da Feira Internacional de Luanda estão presentes 190 empresas angolanas, das 302 convidadas, bem como cerca de 350 empresas estrangeiras, das quais 177 com participação individual.

No total, há 15 países representados e nove participam oficialmente: China, Índia, Moçambique, Espanha, Portugal, Estónia (uma novidade), URSS, Polónia e Suécia. As grandes ausências deste ano são o Brasil e a França, por razões «desconhecidas» pela direcção da FICOM, a empresa que organiza a FILDA.

Portugal é o país com o maior número de empresas: 118 sociedades ligadas às áreas da alimentação, calçado, bebidas, maquinaria e prestação de serviços. Os portugueses ocupam sozinho um pavilhão e têm sido um exemplo de organização, algum luxo, mas sóbrio, e sobretudo muita actividade.

A área coberta deste certame, que se realiza na estrada de Catete (já na zona suburbana, de acesso complicado e tráfego intenso, uma vez que confina com uma área industrial), é de cerca de 14 300 metros quadrados, para além dos 8272 de área descoberta. Ou seja, um total de 22 500 metros quadrados.

A área coberta, segundo revelou o director da FICOM, Manuel Francisco, foi totalmente ocupada. A feira abre os seus pavilhões apenas no período da manhã, das 9 às 13 horas, e apenas nos três últimos dias (9, 10 e 11) estará aberta ao público no

período da tarde.

Angola expõe nesta edição bebidas, vestuário, maquiagem, tintas, peixe seco e tabaco e apenas seis das 18 províncias do país estão representadas.

O director da FICOM revelou, ainda, que em termos de *stands* a sua empresa montou um número recorde em relação às edições passadas.

O grande tema desta feira é o petróleo. O pavilhão número um, considerado de maior prestígio por ser nele realizadas as cerimónias de abertura, conta com 20 *stands*, numa área de 600 metros quadrados, e é ocupado pela Sonangol (a sociedade nacional de combustíveis — concessionária exclusiva do petróleo de Angola) e pelas suas associadas. Angola está neste momento a negociar concessões para a exploração de petróleo nas suas águas profundas, e uma fonte da Sonangol, contactada por nós, revelou a intenção da companhia em publicar o mais possível este processo.

No pavilhão dois, foram implantados 108 *stands*, numa área de mais de dois mil metros quadrados. Portugal ocupa o pavilhão número três, onde o ICEP actua como *pivot* eficiente. A representação de Portugal conta ainda com uma área adicional de 1500 metros quadrados.

Os portugueses, de uma forma geral, estão pouco menos que eufóricos. Empresários por nós contactados esfregavam as mãos de satisfação, e isto não diz res-

peito aos grandes grupos económicos ou àqueles que já tem tradição de negócios com Angola.

As perspectivas de conseguir contratos são, para já, animadoras, o que revela que a aposta forte na presença de Portugal neste certame foi correcta. Um homem da área dos serviços estava manifestamente encantado com o acolhimento que os angolanos lhe têm reservado. Citava nomeadamente os convites para visitar empresas angolanas, potenciais parceiros comerciais nos mais diversos moldes.

O problema do pagamento de eventuais fornecimentos não preocupa, de uma forma geral, os portugueses. O mesmo empresário, que disse conhecer as dificuldades financeiras de Angola no que respeita a cambiais, é de opinião que há muitas maneiras de levar a cooperação comercial a bom termo. Citou as possibilidades de participação de portugueses em empresas angolanas, ou troca de matérias-primas.

A mesma fonte, que participou recentemente na Feira de Maputo, adiantava mesmo: «Isto aqui é muito diferente. Em Moçambique não deu nada. Foi um fiasco. Mas aqui as coisas parece que se compõem. Se nos introduzirmos aqui, associados a uma empresa angolana, poderemos depois usar Angola como porta-aviões para colocação dos nossos produtos em toda esta área de África».

Os produtos representados do ICEP são optimistas nas apreciações que fazem

desde os primeiros dias da Feira. Manuel Coto, director do instituto, disse esperar obter resultados substanciais deste evento. Hélia Rodrigues, delegada em Angola do ICEP, justifica a substancial representação lusa com o esforço que a sua organização tem desenvolvido na conquista do mercado angolano, pois, segundo disse ao «Jornal de Angola» (o único diário do país), estão apostados no desenvolvimento deste país. Não somente na venda de produtos, mas também na criação de empresas mistas, tanto nos sectores do Estado como no privado.

«Nós estamos aqui para mostrar mais uma vez uma gama muito variada de produtos e serviços, que poderão contribuir para o progresso de Angola», disse.

A delegada do ICEP defendeu ser necessário que o Gabinete de Investimento Estrangeiro (entidade governamental angolana) seja mais ágil nas respostas às propostas de intenções, pois considerou haver alguma morosidade neste aspecto.

Disse, também, que a definição cambial tem desmotivado algumas empresas por enquanto não se souber ao certo o que será a política de desvalorização da moeda local (o kwanza) não haverá muitos investidores interessados em trabalhar em Angola. Para Hélia Rodrigues, o mercado angolano tem sido rentável para o seu país porque Angola compra e importa tudo o que precisa. Mas isto, no seu entender, é desfa-

vorável para Angola, uma vez que a prioridade deste país é trabalhar a terra. E rematou dizendo que o governo deve apostar na agricultura e na pecuária, não pondo de parte a indústria, a exploração de granitos e mármore, a área da construção civil e energia, onde o empresariado português pretende investir em força.

A delegada do ICEP disse, ainda, haver interesse dos portugueses em comprar mais coisas de Angola. «Só que o país ainda não está devidamente organizado para aumentar a produção destinada ao mercado de exportação.»

Segunda-feira foi o dia consagrado pela FILDA à Espanha, um dos principais concorrentes de Portugal no mercado angolano. O representante da empresa Casa, que fornece pequenas aeronaves

a Angola, sobretudo à Força Aérea, disse ser objectivo da empresa manter um contacto mais directo e humano com os angolanos «para que conheçam de perto as nossas potencialidades». A Casa está presente na FILDA há sete anos e segundo o seu representante importa agora mais do que nunca fazer com que a imagem da empresa fique bem patente. Uma política que contrasta com a de algumas empresas portuguesas que, se não concluírem os negócios, consideram a participação ruínoza.

A terça-feira foi o Dia de Portugal. O vice-presidente do ICEP, eng. Correia da Silva, num «briefing» com a imprensa, admitiu o que é

por de mais evidente: as relações comerciais entre Portugal e Angola têm sido favoráveis aos portugueses. Mas, para Correia da Silva, «há um largo espaço de desenvolvimento destas trocas comerciais, tanto através da vinda para Angola de vários tipos de produtos e equipamentos, como, com o processo de estruturação em curso em Angola, através de outros bens susceptíveis de serem colocados no mercado europeu, sobretudo portugueses».

Para Correia da Silva, com o fim da guerra em Angola e as perspectivas de reconstrução nacional, é evidente que tinha de se mostrar um interesse ainda maior das empresas portuguesas em relação ao mercado angolano.

O vice-presidente do ICEP disse, ainda, que da parte portuguesa há todo o interesse que a reabilitação das empresas angolanas e da indústria seja feita o mais rapidamente possível. «As empresas portuguesas — fri-sou — fazem negócios, participam no processo de reconstrução, não estão à espera dos resultados das eleições para investir.»

O ministro angolano do Comércio, Ambrósio Silvestre, que visitou a feira no dia de Portugal, considerou por seu turno que «grande parte dos produtos expostos são aqueles que realmente fazem falta no mercado. Fiquei satisfeito pelo interesse manifestado pelos portugueses em investir em Angola e acho que estamos no bom caminho porque o ambiente é



propício. Esperemos agora que os angolanos consigam corresponder aos lusos».

Ambrósio Silvestre mostrou-se disposto a apoiar a constituição de empresas mistas. Entretanto, um documento distribuído pelo ICEP, em Luanda, dá conta de alguns números sobre as relações comerciais Portugal-Angola. Segundo esse documento, Angola é o principal excedente comercial português, seguido de perto pela Suécia. Em 1990, esse excedente atingiu cerca de 45 milhões de contos, crescendo à taxa média anual de 40 por cento no período 1988-1990. Porém, a taxa média de crescimento mais elevada nesse período foi a das importações portuguesas provenientes de Angola. Desta forma, o coeficiente de cobertura sofreu uma redução significativa em 1990, continuando, ainda assim, a manter valores elevados.

Os valores apresentados para o comércio bilateral no primeiro semestre deste ano, segundo ainda o documento do ICEP, estão muito aquém das possibilidades de fornecimento de Portugal para Angola, atingindo as facturas pró-forma pendentes para despacho no Banco Nacional de Angola valores muito elevados.

No entanto, não se têm concretizado por falta de financiamentos adequados, já que a linha de crédito de curto prazo, entre o Banco de Portugal e o BNA, já se encontra esgotada.

Como tem sido referido, Angola ocupa uma posição muito importante entre os clientes de Portugal, e uma

8.11.1991 O JORNAL
posição proeminente no grupo dos PALOP.

De Janeiro a Junho deste ano, num total de exportações para este grupo de países de 37 462 mil contos, só as exportações para Angola representam 75,3 por cento.

O principal produto importado de Angola por Portugal é o petróleo bruto que, em 1990, representou cerca de 93 por cento das importações portuguesas, no valor de 11,6 milhões de contos.

Contrariamente ao que se verifica com as importações portuguesas de Angola — refere o informe do ICEP — que apresentam um elevado grau de concentração, as exportações são bastante diversificadas, dado que os 12 principais produtos exportados representam, apenas, cerca de trinta por cento das exportações totais de Angola.

Angola importa de Portugal cerca de três milhões de contos de vinho, e 1,8 milhões de cerveja. Em conjunto, estes dois produtos representam cerca de 8,4 por cento das exportações portuguesas para Angola.

Burocracia alfandegária provoca desistências

A ausência de alguns expositores que confirmaram a participação na oitava edição da Feira Internacional de Luanda (Filda) deve-se a burocracias alfandegárias — disse o director comercial do certame. Sita João Maria afirmou que alguns operadores económicos estrangeiros não estão presentes na Filda porque os seus artigos de exposição estão retidos em diversos aeroportos e alfândegas de alguns países.

Por esse motivo, Sita João Maria anunciou que a direcção do certame alterou o programa de dias reservados a negociações comerciais, de modo a permitir a participação do maior número de expositores possível.

O director comercial da Filda sublinhou que «proporcionar bons negócios com a caixa vazia é um prejuízo» e salientou o facto de a Filda se realizar uma vez por ano, sendo por isso «necessário angariar o maior número de ingressos».

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 11 NOVEMBRO 1991

Mascarenhas Monteiro em Portugal PR de Cabo Verde inicia visita oficial

O PRIMEIRO Presidente eleito de Cabo-Verde, Mascarenhas Monteiro inicia hoje, em Lisboa, a sua visita oficial a Portugal, embora tenha chegado à capital portuguesa na noite do passado sábado. Uma semana de intensos contactos por todo o continente e uma deslocação aos Açores, em busca de novas vias para a cooperação luso-cabo-verdiana.

Mascarenhas Monteiro recebe hoje em frente ao mosteiro dos Jerónimos as habituais honras militares, para logo de seguida manter o primeiro encontro com o seu homólogo português, muito perto dali, no Palácio de Belém. O dia termina com o não menos habitual banquete no Palácio da Ajuda, oferecido por Mário Soares ao ilustre visitante. Mas à tarde, o Presidente de Cabo-Verde tem o primeiro dos seus contactos com empresários portugueses, ao ser recebido pela Associação Industrial Portuguesa,

uma das prioridades desta sua deslocação.

Amanhã, é o dia da sessão solene na Assembleia da República e de uma deslocação à Câmara Municipal de Lisboa. Mas, logo de manhã, Monteiro avistar-se-á com Cavaco Silva, num encontro a sós, na residência que lhe está destinada, no Palácio de Queluz. Quarta-feira, o Presidente cabo-verdiano estará no Porto e em Coimbra, onde será recebido na Câmara Municipal da capital do Norte e na Universidade da Lusa-Atenas. No dia seguinte e na sexta-feira será a vez dos Açores, onde se avistará com as autoridades locais.

Para além de reuniões com associações empresariais portuguesas, Mascarenhas Monteiro tem vários encontros — em Lisboa, Porto e Coimbra — previstos com a comunidade cabo-verdiana em Portugal, antes do regresso à cidade da Praia previsto para dia 18. ■ D.M.

8.11.1991 O JORNAL Presidente de Cabo Verde à moda de Reagan?

O esboço do programa da visita do presidente da República de Cabo Verde a Portugal chegou a gerar algum escândalo por incluir uma deslocação a São Bento para um encontro com o primeiro-ministro, Cavaco Silva. Protocolamente, deve ser o primeiro-ministro a deslocar-se ao Palácio de Queluz, residência dos chefes de Estado estrangeiros em visita oficial ao nosso País. Em todo o caso, em 1985, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, reuniu-se em São Bento com o então primeiro-ministro, Mário Soares. Foi o próprio Reagan que mostrou desejo de ir à residência de São Bento, num gesto interpretado como de apoio a Soares. Antes, porém, receberia em Queluz os cumprimentos do primeiro-ministro, tal como manda a praxe.

António Mascarenhas Monteiro, 47 anos, primeiro presidente eleito numa das antigas colónias portuguesas de África, chega amanhã, sábado, a Lisboa, para uma visita que se estende até ao próximo dia 18 e inclui uma deslocação aos Açores, na qual será acompanhado pelo Presidente da República.

Guiné-Bissau

Dirigente guineense receia explosão política

UM DOS DIRIGENTES da Frente Democrática Social (FDS), João Tátis Sá, declarou ontem ao PÚBLICO, em Lisboa, recear ter de chegar o dia "em que a força será inevitável" na Guiné-Bissau, dadas as múltiplas arbitrariedades que se estão a verificar no processo de implantação do multipartidarismo.

"Como o processo está bloqueado pelo regime, pode temer-se uma explosão, uma espécie de guerra civil", disse aquela personalidade da oposição, acerca das dificuldades que se têm levantado às novas forças políticas guineenses, para que possam actuar em pé de igualdade com o PAIGC, que em Setembro de 1973 proclamou unilateralmente a independência do país, no ano seguinte reconhecida por Portugal.

"Uma vez que a Guiné-Bissau não é rica, como Angola, ninguém liga muito no estrangeiro aos problemas que lá se vivem, não se fazem pressões no sentido de se apressar o dia em que poderemos ir às urnas", afirmou ainda Tátis Sá, ao lamentar as dificuldades de um pequeno estado africano onde 85 por cento dos habitantes, que são cerca de um milhão, continuam analfabetos.

Os responsáveis pelos diversos sectores administrativos obrigam a uma forma de recolha de assinaturas para a legalização de novos partidos que não é exactamente a que a lei estipula. Alguns desses responsáveis são afastados depois de terem constatado a existência das assinaturas necessárias. Há cidadãos que ficam com os bilhetes de identidade apreendidos depois de terem dado o seu apoio à formação de um novo partido... — estes alguns dos factos referi-

dos pelo dirigente da FDS.

Enquanto isto, em Bissau, o Comité Central do PAIGC terminou, durante o fim-de-semana, cinco dias de trabalho em que recriou o cargo de presidente do partido, abolido na década de 60, depois de ter sido ocupado por Rafael Barbosa, actualmente líder da FDS.

O CC do partido criado por Amílcar Cabral passa a chamar-se Comissão Nacional, enquanto o Bureau Político é agora Comissão Política Nacional e o Secretariado Permanente se designa de agora em diante Secretariado Nacional.

Esta operação de cosmética, com adopção de nomes mais ao gosto ocidental, verifica-se numa altura em que o PAIGC prepara um congresso para o período de 15 a 20 de Dezembro e se afirma identificado com a linha de pensamento da Internacional Socialista.

O Presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, anunciou no dia 13 de Maio do ano passado que o seu regime se estava a preparar para o multipartidarismo, e cerca de um ano depois o Parlamento alterou as leis que mantinham o PAIGC como partido único. Mas

até agora ainda nenhuma outra força conseguiu ser legalizada.

Os obstáculos levantados na prática pelas autoridades são condenados pelas diversas formações da oposição, as quais acusam normalmente "Nino" Vieira de viciar o jogo, dizendo que ele é tão renitente a uma verdadeira prática democrática como o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko.

A FDS, a Frente Democrática, de Aristides Menezes, o Partido Unido Social Democrata, de Victor Saúde Maria, e o Movimento Bafatá, de Domingos Fernandes Gomes, são algumas das forças que ao longo deste último ano têm vindo a procurar legalizar-se e entrar em diálogo com o regime vigente, de modo a ser possível marcar as primeiras eleições livres e multipartidárias. ■

Líder da Renamo sobre o processo de paz em Moçambique

'É chegado o momento de Portugal'

Hoje à tarde, o líder da Renamo deve encontrar-se com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, pessoalmente em quem Afonso Dhlakama aposta forte no sentido de levar Portugal a envolver-se na mediação do processo de paz, cujas negociações foram retomadas em Roma. O dirigente do movimento de resistência vai dizer a Durão Barroso que o povo de Moçambique está esperançado na anuência do Governo português quanto a uma participação activa nas negociações de Roma.

Repetindo um desejo que já foi várias vezes aflorado, Dhlakama afirma agora claramente que a Renamo e outras forças políticas de Moçambique consideram imprescindível o envolvimento directo de Portugal na mediação do processo de paz, "reforçando os esforços da mediação italiana". Na altura em que, em Roma, as duas partes beligerantes discutem a definição de princípios sobre o pluripartidarismo e legislação eleitoral, Dhlakama afirma que "é chegado o momento de Portugal se associar aos esforços de paz", usando a sua experiência e conhecimento das questões moçambicanas e da realidade do país: "500 anos de presença em Moçambique justificam que Portugal conheça Moçambique como nenhum outro país europeu", disse o dirigente da guerrilha.

Cessar-fogo distante

Fora de causa parece estar a celebração do cessar-fogo nos tempos mais próximos. Quando se pergunta a Dhlakama se acha possível que o povo de Moçambi-

que já possa passar o Natal em Paz, este ano, ele responde que "é muito difícil" que isso aconteça. O fim das hostilidades não vai acontecer sem garantias seguras do estabelecimento de um regime democrático no país. "A Frelimo sentou-se à mesa das negociações por ter perdido a guerra no terreno. A Renamo quer a paz e fará todos os sacrifícios e cedências para a conseguir, mas com garantias".

Apesar das autoridades portuguesas qualificarem a visita do dirigente da guerrilha como privada, à imagem do que

aconteceu com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, ele vai manter encontros tanto com o Presidente da República como com o primeiro-ministro. No caso de Cavaco Silva a audiência é concedida na qualidade de presidente do PSD, uma modalidade destinada a evitar qualquer fricção com o Governo de Maputo.

Evidente parece ser a necessidade de Afonso Dhlakama se mostrar ao mundo, em fase chave das negociações de Roma. No seu programa, depois da passagem por Portugal, está a visita à Espanha e à França, além de a sua organização estar a preparar uma visita aos Estados Unidos. Portugal pode ser uma porta interessante para Dhlakama: "é importante que o Governo português, em vésperas de assumir a presidência da CEE, faça sentir aos seus parceiros comunitários e da NATO, especialmente os Estados Unidos, a urgência humana e política de levar a paz e democracia a Moçambique", dizia a o dirigente da Renamo na sua mensagem, ontem, à chegada. Uma mensagem

que retomou a fundamentação dos primeiros anos da resistência: "a Renamo luta, há quinze anos, contra o regime comunista da Frelimo, regime policial de partido único, em tudo semelhante aqueles de que se livram agora os povos do Leste da Europa". É a forma de responsabilizar o regime de Chissano pela desastrosa situação económica e pela ruptura do processo produtivo do país em todos os sectores. Dhlakama lembra que a Renamo "travou a sua luta a sós e nunca teve oportunidade de escolher os aliados". ■

Cahora Bassa

Normalização do fornecimento de energia passa pelo fim da luta armada

Uma comissão formada por representantes de Moçambique, de Portugal e da República da África do Sul foi constituída com o objectivo de criar condições para que fique operacional a linha de transporte de energia entre o Songo e a África do Sul

Matos Veiga

UTILIZAR a energia eléctrica, possível de produzir no próprio país, em vez do recurso a outros combustíveis, é meta a que o governo moçambicano pretende chegar, procurando, para o efeito, melhorar as estruturas de que dispõe, entre as quais assume particular importância, o complexo de Cahora Bassa.

Aproveitando uma breve passagem, por Lisboa, do engenheiro Alfredo Caseiro Rocha, director de engenharia de Centrais da Electricidade de Moçambique, procurámos, em breve diálogo, obter pormenores sobre o que efectivamente se passa, naquele país, em termos de funcionamento de energia eléctrica.

P. — Mantêm-se os objectivos que presidiram à construção do complexo de Cahora Bassa?

R. — É sabido que o complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa foi construído (pelos portugueses) com o objectivo de fornecer energia barata à África do Sul. Depois da independência de Moçambique foi construída uma linha de transporte de energia, da África do Sul para Maputo.

P. — Entretanto, além dessa, foram ainda cons-

truídas outras...

R. — Efectivamente, também após a independência, foi construída a chamada «linha Centro-Norte» de transporte de energia, de Cahora Bassa para o Centro e Norte de Moçambique, mais propriamente, Quelimane e Nampula, bem como outra, igualmente de transporte de energia, entre Nampula e Nacala.

P. — Que razões levaram à construção dessas linhas?

R. — Os objectivos, claro, eram a utilização de energia hidroeléctrica, existente no interior do país, em vez de recorrer a combustíveis fósseis, líquidos, sólidos ou gasosos, para produção de energia eléctrica, tanto mais que a energia produzida por estes meios é significativamente mais cara que a proporcionada por meios hídricos. Paralelamente, não são de desprezar as vantagens da utilização de energia renovável, não poluente.

P. — Verificou-se, portanto, mudança em relação aos objectivos iniciais...

R. — Efectivamente, Moçambique pretendeu beneficiar de infra-estruturas existentes à data da independência, para o estabelecimento de uma rede eléctrica nacional, inexistente, àquela data, no nosso país.

P. — Contudo, têm sido grandes as dificuldades em abastecer o país, de energia, designadamente a capital. Como têm sido ultrapassadas as contrariedades?

R. — Em relação a Maputo, o maior centro de consumo de energia do país, pre-

tende-se que ali seja consumida, por razões evidentes, a energia produzida por Cahora Bassa. Contudo, ela só chega a Maputo, através da África do Sul, beneficiando Moçambique de uma tarifa especial, quando a linha de transporte, entre o Songo e a África do Sul, está em funcionamento porque quando se encontra inoperativa, o país paga a energia que recebe, da África do Sul, a preço bastante mais elevado, praticamente como se fosse um consumidor sul-africano. Mas, é claro, mesmo recebendo energia através de

linhas de transporte do Songo, há que manter operacionais centros de produção — queimando combustíveis fósseis, sólidos ou líquidos. São as chamadas «centrais de apoio» que operam em caso de indisponibilidade das referidas linhas de transporte do Songo.

P. — E relativamente ao centro do país?

R. — A zona Centro — Sofala e Manica — é directamente abastecida pelo sistema hidroeléctrico Chicamba-Mavuzi, o qual está em fase final de ligação ao sistema Centro-Norte. Como disse, o nosso objectivo é a utilização de fontes renováveis, não poluentes, para produção de energia eléctrica nacional, a partir de infra-estruturas existentes no país...

P. — ... algumas das quais estarão inoperáveis, segundo consta...

R. — Algumas centenas de torres da linha aérea de transporte de energia do Songo para a África do Sul estão danificadas, desde os princípios da década de 80, motivo por que, de facto, ela não opera.

P. — Estão, ou foram já tomadas, medidas para recuperar o que se encontra inoperante?

R. — Existe uma comissão mista constituída por representantes de Moçambique, de Portugal e da África do Sul, com o objectivo de criar condições para que a linha de transporte entre em operação, o mais rapidamente possível, com os correspondentes benefícios, não só para os países mencionados, como também para outros da região. Mas isto passa, naturalmente, pelo fim da acção armada, no interior do país.

O discreto investimento

Carrelo da Rocha

QUANDO se fala de Moçambique, guerra e fome são duas palavras que logo saltam à lembrança e ao discurso. Que a guerra existe e a fome também (e que fome!), são factos, mas o menos que dessa guerra se poderia dizer hoje, conhecendo-lhe as origens, os sucessivos «alimentadores» do conflito, as motivações expressas, é que se trata de uma guerra estranha e, no mínimo, desactualizada. Só que, se lhe aprofundarmos, hoje também, as motivações dos seus «alimentadores» — alguns bem recentes — logo verificaremos que, afinal, continua a ter lógica, pouco lógica como a de todas as guerras, e razões, sujas razões pelas razões idem.

E o mínimo que se poderá dizer, hoje também, é que as surpresas, quando vierem, serão muitas, e grandes, e insuspeitadas. Se é que nos processos ínvios de obter hegemonias, corredores para o mar e mão-de-obra barata para minas quase exauridas ainda haverá neste mundo clínico alguma surpresa.

E os dólares chegam aos milhões

A guerra continua, como sabemos. Oitenta por cento do território de Moçambique, dizem as partes, não oferece qualquer segurança. O país coça-se como o mais pobre do Mundo. Os refugiados, os estropiados e os mortos, o mor deles de fome, não têm conta. As escolas, os hospitais e as maternidades destruídas — «alvos militares» destacados como é bom de ver, mas maioritários como se tem visto — são a quase totalidade. E o resto é o que se sabe: vias de comunicação, linhas de transporte de energia, zonas rurais de agricultura de subsistência, áreas de pequeno comércio e por aí adiante, fustigados a ferro e fogo.

Entretanto, o serviço de dívida de Moçambique é — segundo o governador do seu banco central — «qualquer coisa como cinco vezes as exportações». Coisa má para que um Governo tenha força negociativa seja onde for e no que for. Mas, por outro lado, se em 1987 — ano em que foi iniciado o programa de recuperação económica — a inflação era de 163,3 por cento, em Julho deste ano havia baixado para 33 por cento. Aliás, em 1990 fora já de apenas 47 por cento.

Perante estes resultados, o FMI resolveu emprestar a meio deste ano 41 milhões de dólares, com uma taxa de juro de 0,5 por cento. Previsões aquando do empréstimo (Junho): crescimento da economia de 4,5 por cento em 1991 e 5 por cento em 1992; inflação média de 35 por cento em 1991 e de 20 por cento em 1992.

Segundo o Banco Mundial, «surpreendentemente» diz uma das suas publicações, Moçambique entrou para o «top ten» dos receptores de investimento directo estrangeiro em África, com 318 milhões de dólares nos últimos cinco anos.

E investidores novos — aparentemente indiferentes à tal guerra estranha — colocam-se em bicha: a Anglo American Corporation, por exemplo, tem já projectos para 200 milhões de dólares.

Agricultura altamente produtiva

Dos tais 318 milhões de dólares, 44,4 por cento foram investidos directamente em explorações agrícolas — diz uma fonte do Banco Mundial —, nas quais se destacam as da Lomaco, uma subsidiária da Lonrho, que está a produzir nos seus campos moçambicanos de algodão 4 toneladas por hectare, um recorde africano. A mesma companhia explora também ali plantações irrigadas de tomate que fazem dela uma das maiores produtoras africanas daquele produto.

Então, e a guerra? A Lomaco gasta 18 por cento dos seus lucros em «segurança» e tudo corre bem para ela, segundo diz.

A mesma Lonrho — que como se sabe é a principal proprietária do «pipe-line» Beira-Utali, corredor guardado por tropas zimbabweanas e onde coincidentemente a Renamo se não importa que elas esteja — a mesma Lonrho, dizíamos, está a estudar em associação com empresas brasileiras e sul-africanas a revitalização da exploração dos jazigos de carvão do Alto-Zambeze.

Gás natural, turismo e computadores...

Enquanto a americana Texaco abandonou a pesquisa de petróleo em Moçambique, sul-africanos, portugueses, russos e italianos continuam a manifestar o seu interesse pelos depósitos de gás natural de Pande, cujas reservas conhecidas atingem os 100 biliões de metros cúbicos.

O turismo, que já foi uma das grandes receitas moçambicanas de cambiais, volta a atrair interessados: várias empresas

da África do Sul e do Zimbábwe estão a revitalizar as pequenas estâncias de turismo espalhadas pelas praias e pelas ilhas ao longo da costa do Sul de Moçambique; empresas italianas querem relançar os safaris de caça no Norte do país; uma sociedade em que participa o governo moçambicano, o grupo sul-africano Karos, uma família portuguesa ligada à exploração do hotel antes da independência e um grupo francês estão a renovar o famoso Polana; e moçambicanos, ingleses e singapurenhos formaram uma empresa, a Sodemo, para reabilitar os restantes hotéis do Maputo.

Bem, mas há a Ted Lai de Hong-Kong a fabricar no Maputo camisas para exportação; portugueses da Mabor associados aos americanos da General Tyres fabricam pneus, dos quais cinquenta por cento também são para exportar; e até uma empresa moçambicana está a fabricar computadores utilizando componentes importados da Formosa.

Depois temos as diatomites, a 70 quilómetros a norte do Maputo, para a exploração das quais a inglesa Cluff Resources and Rockwood Holdings já assinou contrato, mais os americanos e os sul-africanos a interessarem-se pelos depósitos de tantalite, lá para o Norte, onde uma empresa irlandesa estuda já a exploração de areias ricas em metais raros.

E há a guerra, como sabem, e já se disse aqui. Uma guerra que se passa num país em que dois terços do território foi sempre mais ou menos islamizado e em que os católicos procuram agora ser mediadores. Há, portanto, uma mediação, coisa que, como todos também sabem, exige mais do que uma parte para mediar. E mais não se diz. Hoje.

PÚBLICO SÁBADO 9 NOVEMBRO 1991

negociações de paz de Moçambique

Cavaco rejeita substituir Itália

CAVACO SILVA, em Roma, reúne-se às partes envolvidas nas negociações de paz para Moçambique que Portugal aceita participar no processo desde que a intervenção portuguesa seja pedida por consenso e sugerida a figura de observador como modalidade praticável. O primeiro-ministro português rejeita qualquer propósito de substituir a mediação italiana.

Onze de manhã, Cavaco Silva cumpriu uma série de audiências relacionadas com as negociações de Roma. A primeira aconteceu com o chefe da delegação do Governo moçambicano, Arnando Guebuza e a segunda com os mediadores italianos. Como se sabe, o conjunto de mediadores é formado por Matteo Zuppi, reitor da Comunidade religiosa Santo Egidio e Andres Riccardi, da mesma congregação, Mário Rafaelli, o de-

putado que representa o Governo italiano e o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves.

Foi o prelado da diocese da Beira quem primeiro manifestou o grande interesse dos mediadores ao ouvirem a declaração de disponibilidade formulada por Cavaco Silva, que fundamentou a sua iniciativa com o permanente interesse que Portugal tem demonstrado em favor da paz em Moçambique. Interesse acrescido após a solicitação feita pelo dirigente da Renamo Afonso Dhlakama ao Governo português, na terça-feira, visando um maior envolvimento no processo. A ideia fundamental que leva a parte portuguesa a manifestar a sua disponibilidade reside no carácter de urgência da paz para Moçambique. Cavaco Silva, segundo fonte autorizada do seu gabinete, pretendeu contribuir para "um novo impulso

nesse processo de paz" e, nos encontros que manteve com delegados da Frelimo, Renamo e com os intermediários italianos, facultou alguns indicadores que considerou capazes de fazer avançar as negociações.

Esses indicadores têm origem na experiência que ficou assegurada no não menos delicado processo de negociações em relação a Angola e que foi conduzido no terreno pelo secretário de Estado Durão Barroso. As posições expressas por Cavaco Silva em Roma foram qualificadas pelo bispo da Beira como "muito capazes de favorecer o diálogo" entre as partes em conflito. D. Jaime Gonçalves disse ainda que este novo impulso pode conferir "maior confiança entre os negociadores", acrescentando que foi "a desconfiança, no passado, que fez retardar o andamento deste complicado processo".

Dhlakama à procura de apoios

Portugal só será observador

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 9 NOVEMBRO 1991

Durão Barroso vê ainda um longo caminho a percorrer para se alcançar um compromisso de paz em Moçambique. Ontem, durante cerca de duas horas e meia, o secretário de Estado conversou com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que lhe foi fazer o pedido formal para Portugal reforçar os esforços da mediação italiana. À saída, o dirigente da Renamo mostrou-se optimista com a "receptividade" que verificou na parte portuguesa. Garantiu que está agora em condições de poder apresentar a sua proposta em Roma, no sentido da participação directa de Portugal nas negociações.

Durão Barroso foi mais cauteloso. Retomou o triângulo de condições que considera essencial a um comprometimento activo do Governo português. Em primeiro lugar "que as partes em conflito" formulem o convite, que os mediadores (parte italiana) estejam de acordo, em segundo lugar e, a fechar o triângulo, que os beligerantes mostrem claramente a vontade de chegar à paz. Durão Barroso citou o exemplo de Angola para dizer que foi a partir deste último princípio que se chegou à assinatura dos acor-

dos do Estoril.

O beneplácito da mediação italiana para o envolvimento directo de Portugal nas negociações é considerado por Durão Barroso como imprescindível. O secretário de Estado não se dispensou de elogiar o trabalho dos mediadores de Roma, qualificando-o de extraordinário. "Não tem sido um bom trabalho. Tem sido um trabalho extraordinário que importa realçar." Quanto à posição do Governo de Maputo, Durão Barroso disse que todos os passos que Portugal tem dado têm sido regularmente comunicados ao Governo moçambicano e que a resposta tem sido sempre o desejo de "Portugal fazer o que achar melhor". Neste âmbito, Durão Barroso disse que foi dado conhecimento ao Governo moçambicano da própria visita que Dhlakama se propunha realizar a Portugal. Fora de causa, para a parte portuguesa, estará a tomada de qualquer posição que possa colidir com o trabalho dos italianos.

Caminho longo

Durão Barroso disse a Afonso Dhlakama que a sua proposta ia ser cuidadosamente avaliada pelo Governo português. Dos comentários feitos pelo secretário de Estado, no final da reunião, ficou a

perceber-se que Portugal admite participar nas negociações mas com o estatuto de observador e não como negociador directo. No fundo será facultar aos mediadores e às próprias partes em conflito a experiência adquirida no decorrer do processo de negociações entre a UNITA e o Governo angolano, para lá do conhecimento que Portugal tem das questões de Moçambique, ao nível político, económico, sociológico e militar.

Sobre a longa conversa mantida com o presidente da Renamo, Durão Barroso garantiu que tinha permitido clarificar muitos aspectos que até aqui pareciam equívocos quanto às posições do movimento de resistência. Quanto ao rumo das negociações, Durão Barroso declarou-se convencido de "ainda haver um longo caminho a percorrer".

Depois do encontro com Durão Barroso, Dhlakama foi recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, com quem esteve cerca de meia hora, ainda acompanhado pelo secretário de Estado. Hoje de manhã, em São Bento, está prevista a audiência privada com Cavaco Silva, que recebe o dirigente da Renamo na sua qualidade de presidente do PSD. Ainda ontem, Durão Barroso transmitiu ao primeiro-ministro a avaliação que fez da conversa que manteve com Dhlakama. ■

Portugal só ajuda se Maputo quiser

Mediadores italianos desejam falar com Chissano e Dhlakama

PORTUGAL só assumirá um papel mais activo no processo de paz moçambicano se a sua intervenção for pedida, além da Renamo, pelo governo moçambicano, segundo o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso.

Maputo, no entanto, ainda não solicitou formalmente maior empenhamento de Portugal, embora fontes contactadas por «O Jornal» garantam que estão a

aguardar por uma segunda fase, «após a assinatura do cessar-fogo, com o pedido de apoio no terreno, principalmente a nível militar e logístico».

As declarações de Durão Barroso foram produzidas após ter recebido o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, que lhe apresentou formalmente «o pedido para Portugal intervir oficialmente» nas conversações que decorrem em Roma. Embora tenha recebido «com bastante atenção» o pedido da Renamo, o secretário de Estado acrescentou que «é ainda prematuro tomar qualquer posição definitiva».

O encontro com Dhlakama decorreu no âmbito de uma visita privada de seis dias que o presidente da Renamo está a

efectuar a Portugal, primeira escala de um périplo pela Europa, que o levará a Espanha, França, Grã-Bretanha e Itália.

Em Roma, é provável que Afonso Dhlakama se reúna com os mediadores italianos das conversações de paz. Numa tentativa de ultrapassar as divergências entre a Renamo e o governo de Maputo, que têm impedido o avanço das negociações, os mediadores admitem a realização de encontros separados com o presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e Afonso Dhlakama.

Na quarta-feira de manhã, Dhlakama foi recebido, em S. Bento, pelo primeiro-ministro. Cavaco Silva recebeu o presidente da Renamo, na qualidade de chefe do Executivo português e não de presi-

dente do PSD, ao contrário do que aconteceu com Jonas Savimbi. A explicação dada em S. Bento é a de que o líder da Unita visitou Portugal antes de iniciar conversações com o governo de Luanda e a Renamo já está em fase de negociações com Maputo. O presidente da Renamo foi ainda recebido pelo Mário Soares. O encontro decorreu pouco mais de um mês depois de Maria Barroso, a mulher do Presidente da República, se ter deslocado a Moçambique, numa visita particular, de carácter humanitário.

Hoje, sexta-feira, Dhlakama deslocou-se a Fátima e, até à sua partida, no domingo, manterá contactos com empresários e elementos da comunidade moçambicana radicada em Portugal.

com
Dhlakama
MARIA BARROSO, presidente da delegação portuguesa da UNICEF, manifestou o apoio da organização à proposta de Afonso Dhlakama, líder da Renamo, destinada a classificar a região de Ressoano Garcia (Sudoeste de Moçambique) como "zona desmilitarizada". No final do encontro que Maria Barroso manteve com Dhlakama, ontem de manhã, o dirigente moçambicano convidou a Presidente da UNICEF portuguesa a visitar a Gorongosa, onde está instalado o quartel-general da Renamo. Maria Barroso aceitou o convite formulado por Dhlakama, que estava acompanhado por Manuel Frank, representante da Renamo em Lisboa e por Anselmo Vitor, responsável pelos assuntos políticos da organização. Ainda ontem à tarde Dhlakama foi recebido por D. António Ribeiro, cardeal-patriarca de Lisboa. ■

Maria Barroso
SEXTA-FEIRA, 8 NOVEMBRO 1991
PÚBLICO

Apoios a Moçambique

ORGANIZAÇÕES humanitárias internacionais e os Estados Unidos da América estão a financiar o relançamento da agricultura no Norte de Moçambique, especialmente ao nível da formação de técnicos para o sector. As zonas que beneficiam dos primeiros programas-piloto — com o apoio técnico e financeiro de uma organização não governamental irlandesa e da embaixada dos EUA em Maputo — são Manica e a Ilha de Moçambique. O projecto arrançou em 1990 com uma ajuda inicial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10 DE NOVEMBRO DE 1991

AID considera Moçambique o país mais faminto do planeta

MOÇAMBIQUE é o país «mais faminto do planeta», afirma um relatório da Administração norte-americana efectuado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) e apresentado na sexta-feira ao Congresso dos Estados Unidos sobre as nações mais necessitadas de alimentos. Segundo a AID, a ajuda alimentar externa a Moçambique não é suficiente para pôr termo à crise de fome que o país vive, afectado há 14 anos pela guerra civil.

As crianças de Moçambique

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10 DE NOVEMBRO DE 1991

Instantâneos

Guilherme de Melo

VEIO para pedir a intervenção directa de Portugal no processo de paz que decorre em Roma. Chamasse Afonso Dhlakama e lidera o que se convencionou designar por Resistência Nacional de Moçambique. Ainda não tem 40 anos. Quando fez os 20, foi cumprir a tropa, integrado no Exército português, já que era então (e ainda) portuguesa a terra onde nascera. Pouco tempo depois passou-se para as fileiras da Frelimo, que lutava contra aquele mesmo Exército. N altura da independência aconteceu, foi colocado, com um cargo mais ou menos de vulto, na Beira. Era a segunda cidade do País e a capital da região do centro, onde nascera. Quando Matsangaissa abriu a cisão com Maputo e, com o apoio da então Rodésia de Ian Smith e da África do Sul do ex-presidente Bot-

ha, iniciou a guerrilha contra a Frelimo instalada no Poder, Afonso Dhlakama juntou-se-lhe apressado. Dois ou três anos mais tarde Matsangaissa morreria em combate e ele assumiu a liderança da guerrilha. Foram, durante anos, os *bandidos armados* que o povo moçambicano aprendeu a odiar. Para os mais reputados

24
cronistas das revistas internacionais de maior projecção, não passaram nunca da versão (à direita) dos sanguinários *kmers vermelhos*. Mas, na versão pessoalíssima de Dhlakama, foram sempre os próprios soldados dessa Frelimo, contra a qual lutava, que cortavam as orelhas aos meninos que encontravam no mato, estropiavam homens, violavam e mutilavam mulheres, arrasavam povoações e semeavam a morte — apenas para comprometer, aos olhos da opinião pública internacional, essa Renamo que lidera.

Estou longe, não sei, há quase duas décadas que Moçambique é apenas a terra onde nasci mas com a qual já nada tenho a ver. Sei apenas que o seu povo é um povo martirizado. Que as suas crianças sobrevivem, mutiladas, ou morrem lentamente, de fome. Sei apenas que há um limite para tudo, até para o sofrimento — e que Moçambique já há muito que o ultrapassou. Por culpa de uns? de outros?

Segundo a televisão informou, Dhlakama, cristão baptizado, católico convicto, devoto fiel da Virgem de Fátima, fez saber, logo ao chegar, ser sua intenção visitar o Santuário.

Perdoa-lhe, Senhora. Mas, para o fazeres, desvia primeiro os olhos daquelas crianças

Oração por Moçambique

Nuno Ferreira

Foi um "cem por cento católico" Afonso Dlakhama que surgiu ontem em Fátima a pedir a paz para Moçambique. Sem as habituais roupagens de militar, afável mas reservado, poucos advinhariam que se encontrava ali o líder da guerrilha moçambicana. "Vim aqui por que confio muito na força de Deus."

Baixinho e atarracado, vestindo um fato azul escuro e uma gravata às riscas, nada nos faria acreditar que aquele africano que víamos descendo a escadaria da Basílica do Santuário de Fátima sob o sol outonal da manhã de ontem, fosse o líder de uma guerrilha conhecida pela violência que lhe atribuem na guerra civil moçambicana. E, no entanto, era ele mesmo, Afonso Dlakhama, 39 anos, presidente da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), quem, estendendo a mão ao repórter do PÚBLICO, aproveitava a visita a Fátima para reiterar uma inabalável fé no catolicismo. "Estou aqui porque sou cristão, sou católico e quero a paz para Moçambique. Vim aqui rezar pela paz porque confio muito na força de Deus, que é muito forte."

O filho de régulo que fez a instrução primária numa missão católica de São Francisco de Assis e frequentou o seminário de Boroma, em Tete, baptizado, crismado e baptizado pela Igreja, ainda hoje se afirma "cem por cento católico". Daí que, desde que chegou a Portugal, tenha manifestado a intenção de ir a Fátima.

Ontem de manhã, numa Basílica do santuário bem preenchi-

da de fiéis, era possível distinguir logo à primeira o grupo de Dlakhama, na primeira fila, bebendo com atenção cada apelo à paz e à conciliação em Moçambique proferido pelo reitor do santuário. "Temos muitos motivos para desejarmos a paz, somos todos irmãos", afirmava monsenhor Guerra, entre cânticos e saudações.

A recente "conversão da Rússia comunista", a que se atribui a intervenção da Nossa Senhora de Fátima, e o "fim do expansionismo soviético", que acabou por influenciar a situação em Moçambique, reforçaram o desejo de Dlakhama de visitar o santuário.

Para Dlakhama, o papel da Igreja católica em Moçambique é hoje primordial. "Há muito tempo que foi a Igreja católica a exigir que a Frelimo e a Renamo se juntassem", afirma, enquanto, à sua frente, na escadaria, os fotógrafos o assediavam. "Foi da iniciativa da Igreja que as duas forças se juntaram. A Igreja sempre teve um papel muito importante no ensino, por exemplo, e terá um papel muito importante com a Renamo."

O guerrilheiro "puro" que saiu da mata

"Vim a conversar com ele desde Lisboa de automóvel", contou o padre António Oliveira, director do Colégio Pio XII, "e ele pareceu-me um católico convicto. É um homem que não terá praticado muito mas quem tem uma formação católica desde a infância".

O padre Oliveira, que conheceu pela primeira vez Dlakhama na quinta-feira, antes da audiência deste com o cardeal patriarca, foi escolhido para acompanhar o líder guerrilheiro devido à sua experiência de longa data em contactos com a Unita. Amigo pessoal de Savimbi, com quem privou antes e depois do 25 de Abril, revelou-se surpreendido com a "simplicidade" de Dlakhama.

"É o guerrilheiro puro que

safu da mata", define, "o pé dele Savimbi é uma raposa velha. Dlakhama é mais genuíno e mais sincero que os políticos que conhecemos. Não é um político consumado, mostra quais os seus objectivos, fala sem rodeios, muito claramente, com poucas palavras mas sem floreios. Não terá a cultura e a facilidade de expressão de outros líderes guerrilheiros, mas capta pela simplicidade".

Esquecer e não retaliar

Falando pouco e baixinho, caminhando em passo sincopado de guerrilheiro, Dlakhama foi sempre em Fátima um homem discreto e simpático, cuja presença primou pela ausência dos aparatosos seguranças que, por exemplo, caracterizam as animadas passagens de Savimbi por Portugal.

Da missa na Basílica, passou às passeiras de mármore do lugar dos Valinhos, onde ocorreram aparições. "Se calhar aqui não vale a pena subir, é escorregadio", diz-lhe o padre Oliveira junto a uma subida. "Podemos subir? Vamos subir", responde de um fôlego Dlakhama. Mais tarde, o padre Oliveira comentará: "Na guerrilha, deve estar habituado a andar a pé." Dlakhama limita-se a sorrir, como quase sempre.

O guerrilheiro, que almoçou no Santuário, onde teve ocasião de deixar uma dedicatória na qual explicou que foi a Fátima pedir a paz, ainda teve tempo para visitar no Colégio Pio XII o filho mais velho do malgrado Evo Fernandes, que estuda na faculdade de Farmácia e dá pelo nome de... Evo Fernandes.

Dlakhama parecia satisfeito com a reacção das autoridades portuguesas. "Viram afinal que sou uma pessoa pela paz e que acredita na democracia", afirmou o líder guerrilheiro, que reafirmou em Fátima "um espírito de esquecer e não retaliar contra os que combateram". ■

Dhlakama, o sobrevivente

Lina Pacheco Pereira

A FONSO DHLAKAMA é o único dirigente da Renamo que tem sobrevivido às lutas entre controlos externos e internos. Quem o conheceu diz que a chave desse sucesso tem sido «pensar pouco e cumprir muito».

A sua biografia oficial diz que nasceu em Chibavava, província de Sofala, a 1 de Janeiro de 1953, filho do régulo Manguande, é casado, pai de quatro filhos e profundamente religioso.

Após a instrução primária na missão católica de S. Francisco de Assis, seguiu para o seminário de Zobué, na província de Tete, percurso comum, aliás, a muitos jovens das ex-colónias, dada a escassez de estabelecimentos de ensino e a forte implantação de missões religiosas que preenchiam esse espaço. À frente do seminário estava, na altura, a congregação italiana dos Padres Brancos, expulsos, no início da década de 70 de Moçambique, por terem denunciado os massacres do exército colonial português em Mucumbura. Missionários que ali trabalharam não se lembram do aluno Afonso. «Sobre o homem em si, nós só começámos a ouvir falar dele como presidente da Renamo», disse a «O Jornal» o padre Agostinho de Sousa, que ainda exerce missão em Moçambique.

Dhlakama manteve-se, de facto, pouco tempo no seminário e acabou por optar pelo ensino laico, transferindo-se para a Escola Industrial da Beira, onde concluiu o quinto ano. Segundo a biografia oficial, ingressa então no Exército português, de onde deserta em 1972, com 19 anos, aderindo à Frelimo. Mas, segundo o partido no poder em Moçambique, a adesão de Dhlakama só aconteceu em 1974.

Após a independência de Moçambique, em 1975, Dhlakama fez um curso intensivo de contabilidade e foi comandante provincial de intendência militar na Beira. Nesse mesmo ano, é acusado de roubo e expulso do exército moçambicano. Em 1976, junta-se à Resistência Nacional de Moçambique, entretanto criada a partir das milícias de Jorge Jardim, na Rodésia. A ligação parece ter sido o engenheiro militar André Matsangaiçsa, já na altura presidente do MNR, que Dhlakama conhecera na Beira e com quem tinha um passado comum: também Matsangaiçsa fora acusado de roubo em Moçambique, chegando mesmo a estar preso por esse motivo.

O MNR constituía então uma força comandada e organizada fundamentalmente pelos serviços secretos de Ian Smith, a CIO (Central Intelligence Office) e o seu principal objectivo eram as incursões em território moçambicano, alegadamente para destruir bases de guerrilheiros que lutavam pela independência do território que mais tarde veio a constituir o Zimbábue.

O então chefe da CIO, Ken Flower, a quem coube um papel determinante na organização do MNR, explica, no seu livro «Serving Secretly», que o poder rodesiano pretendia dessa forma «proteger as fronteiras para além das fronteiras» e confessa que, mais tarde, se interrogou sobre «se não teria criado um monstro do qual acabara por perder o controlo».

Com conhecimento de causa, Ken Flower esclarece que «as formas de resistência de Moçambique não têm, nem nunca tiveram até hoje, uma natureza ideológica» nem constituíram «uma forma orgânica de resistência ao poder». Essa resistência, afirma o ex-chefe da CIO, «foram os ex-colonos que deixaram Moçambique para os territórios vizinhos ou para Portugal e que daí têm organizado formas de combate à independência de Moçambique».

Afonso Dhlakama, «Jacamo», de seu nome de guerra, assume a presidência da Renamo em 1980, ano em que a RNM (Resistência Nacional Moçambicana), controlada até então pela Rodésia, passa a depender dos serviços secretos sul-africanos, coincidindo com a mudança de sigla da organização — RENAMO.

A nomeação de Dhlakama segue-se à morte, oficialmente em combate, mas em circunstâncias nunca apuradas, do primeiro presidente da Renamo, André Matzangaiçsa.

Três anos depois, a 13 de Abril de 1983, o secretário-geral de organização, Orlando Cristina, é assassinado em Pretória. Cristina foi um homem de confiança de Jorge Jardim, chefou as suas milícias e serviços secretos privativos e trabalhou para o Exército português como instrutor dos Grupos Especiais Pára-Quedistas e dos Flechas, da PIDE. Tinha, aliás, um papel muito mais activo na Renamo do que o presidente Matsangaiçsa. Na sequência da sua morte, aparentemente como represália, são mortos os irmãos Boaventura e Adriano Bomba, um dos quais fora acusado de ser «infiltrado» da Frelimo.

O cargo de secretário-geral da Renamo é então ocupado por Evo Fernandes, assassinado, em Portugal, cinco anos mais tarde, quando já não exercia aquelas funções, mas continuava a ser considerado o único homem capaz de dar conteúdo ideológico e político à Renamo.

Dhlakama é visto por quem lidou de perto com a Renamo, como um homem que actualmente se esforça por dar um cunho político a uma organização que nunca existiu mas que, face às mudanças na África do Sul e à evolução da situação no continente africano, precisa de se impor como alternativa.

Talvez a operação de promoção montada à sua volta vá neste sentido. O que, afinal, seria a vitória do chamado eixo Washington-Paris, que, sob a direcção de Luis Serapião, apostava, tal como os Estados Unidos, numa organização de conteúdo político que constituísse uma alternativa à Frelimo, capaz de sentar à mesa das negociações com o poder moçambicano.

Mas, por enquanto, no terreno, é o eixo Bona-Pretória, dirigido por Artur Janeiro da Fonseca, quem mais ordena, insistindo na destruição, no desgaste do poder e da economia de Moçambique, com as consequências (agora agrava-

das) que já em 1988 os Estados Unidos denunciavam. Até essa altura, segundo o Departamento de Estado norte-americano, a Renamo era acusada de ter assassinado cem mil civis em território moçambicano.

Os amigos portugueses

Diversas referências a ligações comprometedoras entre Portugal e a Renamo têm surgido desde a sua formação. No início, ela parecia limitada à participação, como dizia Ken Flower, de antigos colonos e de diversos elementos da ex-PIDE, como Casimiro Monteiro, condenado pelo assassinio de Humberto Delgado («O Jornal», 15 de Outubro de 1982), e Joaquim Sabino, inspector da polícia política portuguesa exactamente em Tete, onde ocorreram os massacres de Mucumbura e Wiryamu. Mas, mais tarde, surgiram acusações de alegados envolvimento dos serviços secretos portugueses.

As primeiras denúncias foram feitas pelo ex-dirigente da Renamo, Paulo Oliveira, que se entregou às autoridades moçambicanas, pouco antes da morte de Evo Fernandes.

Segundo as suas declarações, terá conhecido, numa base de treino na África do Sul, o coronel Fernando Ramos, «ligado à DINFO», acrescentando que aquele militar estava num acampamento da Renamo, nos arredores de Pretória, na noite em que foi assassinado Orlando Cristina.

Em relatórios dos serviços de informação portugueses, os dirigentes da Renamo teriam mesmo nomes de código, nada abonatórios, diga-se, no que toca a Dhlakama, que era designado por «general Porra».

Na semana passada, novas revelações que comprometem os serviços secretos portugueses foram feitas pelo «Independente». Segundo aquele semanário, a visita de Dhlakama a Portugal foi organizada pelo SIM (Serviço de Informações Militares) «o que vem reforçar ainda mais a ideia de que é o SIM quem efectivamente controla a organização rebelde moçambicana». De acordo com a mesma notícia, foram os serviços secretos militares que pediram aos seus homólogos sul-africanos que impedissem o encontro, que chegou a estar previsto, entre Afonso Dhlakama e Maria Barroso, mulher do Presidente Mário Soares, em Pretória no passado mês de Setembro. A justificação, segundo as fontes do «Independente» seria «a proximidade do acto eleitoral de 6 de Outubro».

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 5 NOVEMBRO 1991

BAD financia Moçambique

O BANCO Africano de Desenvolvimento vai financiar um programa de repovoamento pecuário da província moçambicana de Cabo Delgado com uma verba de 15 mil contos, foi ontem anunciado em Maputo. O progra-

ma consistirá na introdução de gado bovino no Sul da província. Esta acção enquadra-se nos esforços das autoridades do país para incentivar a actividade agro-pecuária nos seus planos de desenvolvimento. ■

«**A** semelhança dos contactos que manteve esta semana com os governantes portugueses, a Renamo está a encetar relações com outras entidades internacionais que poderiam vir a participar nas negociações de Roma» admitiu em conversa com o **Semanário** um alto dirigente da comitiva de Afonso Dlakhama. Por outras palavras, ao solicitar a participação directa de Portugal nas negociações, a Renamo procura reconstituir o cenário dos encontros de Bicesse. «Não me espantaria nada que se reunissem em Roma os mesmos peritos soviéticos e americanos que estiveram no Estoril» declarou a mesma fonte.

Em consequência do impasse das conversações de Roma, o líder da Renamo deslocou-se a Lisboa para conseguir um maior envolvimento português no processo de paz. Cavaco Silva respondeu que «só poderia formalizar a sua disponibilidade se o governo moçambicano e a mediação italiana também manifestassem essa vontade». Pode parecer pouco, mas melhor resposta a Renamo não poderia obter.

Todo o processo de «reforço da arbitragem» almejado pela Renamo é bastante delicado, atendendo a que não seria convenientemente melindrar os mediadores italianos.

Dlakhama e Savimbi

A visita de Afonso Dlakhama saldou-se com um balanço extremamente positivo. Atendendo ao facto de que o líder do movimento de guerrilha não recebeu qualquer convite oficial para se deslocar a Portugal, é extraordinário o resultado político que obteve. Em escassos dias avistou-se com Durão Barroso, Deus Pinheiro, Cavaco Silva, Mário Soares, Maria Barroso, D. António Ribeiro, além de tratar contactos com associações humanitárias e médicas como a AMI.

Quando a deslocação de Dlakhama esteve programada para a Primavera deste ano, um conjunto de 25 personalidades da vida política portuguesa chegou a formar uma «comissão de honra» para receber o dirigente da Renamo, à semelhança do que acontecera anteriormente com Jonas Savimbi. Entre os anfitriões encontravam-

se, por exemplo, Diogo Freitas do Amaral e Torres Couto. Mas a viagem de Maio/Junho foi adiada para o início de Novembro.

Dlakhama acabou por chegar a Lisboa sem qualquer comité de recepção e sem publicidade. Fontes próximas da anterior comissão de honra referiram um possível entendimento entre a Renamo e os Serviços de Informações Militares portugueses (SIM) para justificar a discreção da viagem.

Assim, Dlakhama não repetiu a façanha de Savimbi cuja primeira visita gerou uma enorme polémica e movimentou toda a sociedade portuguesa. Em contrapartida, obteve resultados políticos mais visíveis que Savimbi: Dlakhama foi recebido por Cavaco em São Bento (Savimbi fora recebido na sede do PSD) e avistou-se com Deus Pinheiro (Savimbi ficara-se por Durão Barroso). No encontro com Maria Barroso na representação da Unicef anunciou a criação de uma zona de paz na área dos campos de refugiados de Rossano Garcia.

Só que o sucesso político obtido pelo líder da guerrilha moçambicana não se deve, como no caso de Savimbi, ao seu carisma pessoal, mas à autoconfiança que se permite o governo português desde o sucesso da mediação do conflito angolano.

ST

SEMANÁRIO 9 NOV 91

Afonso Dlakhama, o peregrino

O líder da Renamo fez questão de ir a Fátima no último dia da sua estada em Portugal. Poderia parecer um *show-off* político, mas não era. Afonso Dlakhama ainda desce-nhece a nossa política-espectáculo.

Afonso Dlakhama é um homem silencioso. Quase tímido. Sem o *show-off* que seria de esperar de um político, deslocou-se a Fátima na sexta-feira, o último dia da sua visita ao nosso país. A comitiva que o acompanhava era extremamente reduzida e as palavras parcas. O padre António Oliveira, que o acompanhava mostrou-se sinceramente surpreso por não se tratar de «uma raposa

pregador não esqueceu, à boa tradição politizada da igreja portuguesa, de assombrar o marxismo a Satã: Nossa Senhora de Fátima, anunciadora da queda do comunismo na Rússia, seria (será, foi?) também anunciadora da queda da satânica doutrina nos subúrbios africanos do império soviético. Nessa esperança oraram os fiéis.

Ao sair da missa, nas escadas do santuário Dlakhama balbuciou ao responder às perguntas de um jornalista arrogante. Não mostrou manhas de político. Esteve cá durante uma semana e não deu uma só entrevista.

Esquivou-se a todas. Quando permaneceu em Portugal pela primeira vez, no ano de 1982, ninguém deu por ele, apesar de já ser então o dirigente máximo da Renamo. Foi uma visita em pompa, semiclandestina, por assim dizer.

Agora, apesar dos encontrados oficiais, continua a parecer um homem estranhamente acanhado. Sem o aparato de um chefe africano. Compará-lo com Savimbi é totalmente descabido de sentido. Enquanto o líder da UNITA não dá um passo sem um exército de gorilas, Afonso Dlakhama viajou

sem guarda própria e com apenas um destacamento de 3 ou 4 elementos da escola (a paisana) designada por Portugal e que se mantinham sempre a largos metros do líder. Em contrapartida é difícil imaginar Dlakhama a proferir um discurso. Não transparece nele o culto do poder, o gosto da liderança, o carisma imediato, nem o narcisismo leonino do líder da UNITA. De onde a inevitável interrogação acerca da sua aceitação e do seu poder sobre as bases. Mas é difícil avaliar o carisma de um líder em dia de peregrinação.

REPÚBLICA
SEGUNDA-FEIRA, 11 NOVEMBRO 1991

Renamo ataca na Beira

HOMENS armados destruíram o centro de controlo aéreo do aeroporto da Beira, a segunda cidade mais importante de Moçambique, num ataque realizado ontem de manhã que causou dois mortos, noticiou a Rádio oficial. As vítimas foram um trabalhador do centro e a mulher. Os autores do atentado, suspeitos de pertencerem à Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) destruíram os equipamentos que apoiam o controlo do tráfego aéreo tanto nacional como internacional. Os estragos são calculados em cerca de 200 mil dólares. O aeroporto da Beira utiliza a partir de agora equipamentos considerados menos eficazes que os destruídos durante a operação, garantiu a emissora moçambicana.

Dhlakama em Lisboa

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE NOVEMBRO DE 1991

suscita receios em Moçambique

A VISITA do líder da Renamo a Lisboa está a ser seguida com muita atenção e alguma preocupação em Maputo, onde fontes próximas das negociações de paz disseram ao EXPRESSO que o giro europeu de Afonso Dhlakama poderá atrasar ainda mais a oitava ronda de conversações entre os rebeldes e o Governo moçambicano que decorre actualmente na capital italiana.

O encontro que Dhlakama teve em Genebra com uma delegação do Departamento de Estado norte-americano e as posteriores visitas «privadas» a Lisboa e outras capitais europeias desviaram transitoriamente as atenções do impasse em que caíram as negociações de Roma após a assinatura do protocolo de acordo de princípios de 18 de Outubro. Nas últimas duas semanas, só se realizou uma reunião plenária entre as duas delegações moçambicanas, obrigando os mediadores a um extenuante e pouco frutífero vaivém entre os hotéis onde estão alojadas as delegações da Renamo e do Governo de Maputo.

A «tourné» europeia de Dhlakama conta com o apoio financeiro dos mediadores italianos e insere-se nas medidas destinadas a criar um ambiente mais favorável às negociações. Com efeito, espera-se que as visitas a várias capitais europeias e os contactos previstos em Roma com mais de uma dezena de diplomatas de todos os continentes contribuam para aumentar a autoconfiança política dos dirigentes da Renamo que discutem a paz, conferindo-lhes maior à-vontade e flexibilidade à mesa das negociações.

No entanto, a importância atribuída pela Renamo à visita do seu líder a Lisboa e às audiências do Presidente Soares e do primeiro-ministro Cavaco Silva provocaram alguma ansiedade em Maputo. Fontes próximas do Governo moçambicano e da mediação italiana suspeitam que a Renamo quer ganhar tempo, criando dificuldades suplementares aos quase exaustos mediadores. Segundo fontes diplomáticas, os italianos teriam pedido informalmente às autoridades portuguesas que usassem «toda a sua influência junto da Renamo» no sentido de acelerar o processo de paz, evitando assim a reedição dos resultados, alegadamente «catastróficos», do encontro de Maio, em Genebra, entre Dhlakama e o secretário de Estado português Durão Barroso.

O embaixador italiano em Moçambique, Di Camerana, reafirmou que o apoio de Portugal pode ser muito útil, salientando, no entanto, que a Renamo ainda não formulou nenhum pedido formal para que seja alterada a composição da actual equipa mediadora.

O medo dos «retornados»

O Governo moçambicano, por seu lado, tem procurado não conferir qualquer dramatismo à visita de Dhlakama a Lisboa, evitando fazer qualquer comentário a este respeito, enquanto Armando Guebuza, chefe dos negociadores governamentais, dizia em Roma que eventuais novas propostas do líder da Renamo deverão ser debatidas à mesa das conversações.

É no entanto evidente a grande desconfiança com que Maputo encara uma eventual transferência da sede das negociações de paz de Roma para Lisboa, que os dirigentes da Frelimo referenciavam no passado como «o quartel-general dos bandidos armados no exterior» e sede dos «lobbies» empresariais que financiam a Renamo.

Agora que a política de privatizações entrou numa fase de execução acelerada, sectores influentes da sociedade moçambicana agitam o espantinho da possível devolução aos portugueses das suas antigas propriedades em Moçambique, o que tomaria mais precária a situação da «nova burguesia» local, que enriqueceu nos últimos anos à custa de expedientes mais ou menos obscuros.

Para neutralizar tais receios, o Presidente Chissano esforça-se por demonstrar que tem óptimas relações com figuras emblemáticas da época colonial, como o financeiro Manuel Bulhosa, antigo proprietário da refinaria de Maputo.

Baltazar Rebelo de Sousa, o mais liberal dos governadores da «primavera marcelista» em Moçambique, teve um inusitado tratamento «vip» durante a visita privada que realizou no mês passado a Maputo, apesar de o seu filho António Rebelo de Sousa ser considerado um dos principais apoios da Renamo em Portugal.

Fernando Lima
em Maputo

PÚBLICO 8 NOVEMBRO 1991

FRANÇA AJUDA MOÇAMBIQUE — A França doou a Moçambique uma turbina a gás e um gerador destinados à central eléctrica de Maputo, foi ontem anunciado nesta cidade. A turbina, que vale 60 milhões de francos (1,5 milhões de contos), destina-se a suprir a falta de energia na capital moçambicana. ■

Dhlakama rezou pela paz em Moçambique

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE NOVEMBRO DE 1991

O PRESIDENTE da Renamo, Afonso Dhlakama, foi ontem em peregrinação a Fátima rezar pela paz em Moçambique. Recebido à chegada ao Santuário pelo reitor da Casa de Nossa Senhora do Carmo, monsenhor Luciano Guerra, o líder do movimento de oposição ao regime de Chissano dirigiu-se imediatamente à Capela das Aparições, onde se ajoelhou frente ao altar. Eram 11 horas.

Após alguns minutos de recolhimento espiritual, Dhlakama visitou, acompanhado por um padre e por uma freira, os túmulos de Francisco e Jacinta, que se encontram nas duas alas da Basílica. No local, os dois guias contaram a história oficial da Igreja sobre a aparição da Virgem Maria aos três videntes, além de tecerem considerações sobre o terceiro segredo de Fátima.

Relativamente à primeira parte da explicação, o padre António de Araújo Oliveira, director do Colégio Universitário Pio XII, contou que os videntes andavam a apascentar um rebanho quando Nossa Senhora apareceu e se lhes revelou. Para além da mensagem divina que lhes transmitiu, a Virgem Maria terá anunciado que dois dos pastores seriam em breve surpreendidos pela morte. O terceiro sobreviveria para preservar a mensagem e guardar consigo o importante mistério sobre a conversão da Rússia.

Enquanto corria a visita aos túmulos, presenciada por algumas dezenas

de fiéis que aguardavam a celebração de uma missa, o padre Oliveira, sempre auxiliado pela freira do Santuário, fez questão de associar a actualidade histórica nos países do Leste ao terceiro segredo de Fátima. Para ele, todos os acontecimentos políticos ultimamente registados na URSS se inserem nessa mensagem.

Dhlakama ouve em silêncio

Às elucidações dos seus guias sobre o fenómeno religioso de Fátima, Afonso Dhlakama respondeu quase sempre com o silêncio. Ou porque estivesse cansado, ou porque já sabia tudo ou por feitiço, a verdade é que o dirigente africano não fez uma só pergunta.

Terminada a visita, o líder da Renamo assistiu à celebração eucarística presidida pelo reitor do Santuário, cónego Luciano Guerra. No fim, e antes de se deslocar ao local da aparição, assinalado pela presença solitária de uma azinheira, tirou várias fotografias junto à escadaria do Santuário com o padre e a freira que o acompanharam, alguns peregrinos estrangeiros e membros da sua comitiva. Despertados pela curiosidade do pequeno ajuntamento, algumas pessoas dirigiram-se a Dhlakama para se apresentarem na qualidade de portugueses que viveram em Moçambique.

Após a visita, que durou mais de duas horas, o dirigente africano al-

moçou no Santuário a convite do reitor.

A deslocação do líder da Renamo a Fátima culmina o programa da sua breve passagem por Portugal, durante a qual se encontrou com Mário Soares, Cavaco Silva e Durão Barroso. Ao fim da tarde de ontem, a delegação do movimento instalada em Lisboa revelou que Afonso Dhlakama se deverá encontrar, ainda hoje, com moçambicanos residentes em Portugal, estando a sua partida para Roma, onde decorrem as negociações de paz com a Frelimo, prevista para amanhã.

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 5 NOVEMBRO 1991

S. Tomé quer cooperação

A COOPERAÇÃO trilateral de Portugal e Estados Unidos com S. Tomé e Príncipe pode reflectir-se em domínios fundamentais do país e contemplar nomeadamente a energia e o controlo da actividade piscatória na Zona Económica Exclusiva são-tomense.

O primeiro-ministro de S. Tomé disse ontem à agência Lusa que é grande a esperança do seu Governo no estabelecimento desta cooperação trilateral que contribuirá para o desenvolvimento do seu país e para a defesa dos seus recursos naturais. O chefe do Governo são-tomense falava após um encontro com Cavaco Silva e uma audiência concedida por Mário Soares, no último dia da sua estada em Lisboa para assinalar a ligação semanal da TAP em avião de grande porte. ■

rik de Klerk

"Deixemos o Governo responder, agora, ao desafio que milhões de pessoas colocaram sobre a mesa", disse Jay Naidoo, secretário geral do Congresso dos Sindicatos

zação independente —, é impossível, no entanto, medir a dimensão real do apoio obtido.

O director do instituto, John Kane-Berman, disse que, nos últimos seis anos,

unicuitam contas

Frederik de Klerk disse possuir evidências suficientes da existência de ameaças e intimidações para manter as pessoas em casa. "Não posso estar satisfeito com

ra do país. Mas o sector industrial e de serviços foi mais afectado, com um prejuízo estimado em 900 milhões de dólares (135 milhões de contos).

Apesar da morte de 18



a graceful exit

FROM OUR ZAMBIA CORRESPONDENT

LUSAKA

THE big surprise, for Zambians and international observers alike, was the calm that surrounded the country's first multi-party elections for more than two decades. Not a single act of violence or intimidation was reported. At the polling stations, officials of the opposing parties amicably shared their midday meal. Well under half of the electorate bothered to vote.

Those who voted simply wanted a change after 27 years of uninterrupted rule by ex-President Kenneth Kaunda and his United National Independence Party (UNIP). To vote was to gamble. People believed only that things could get no worse. Nobody had much idea of what pain or gain an untested new government might bring. So Frederick Chiluba, of the Movement for Multiparty Democracy (MMD), won more than four-fifths of the votes cast, while his party took 125 of the 150 parliamentary seats. The new president has a mandate for change, whatever change may be.

Mr Kaunda had always blamed Zambia's economic collapse on external forces: the oil crisis of the mid-1970s, sanctions against Ian Smith's Rhodesia, poor prices for the copper on which Zambia depends for 90% of its foreign-exchange earnings. President Chiluba points to ineptitude and corruption in Mr Kaunda's government, and says that Zambians themselves must revive the economy by hard work, discipline, honesty and determination.

The diminutive leader demanded a new culture of moral rearmament and accountability. But there is little room for economic experiment. Mr Chiluba's government inherits international debts of \$7 billion. Policy will be guided by western donors, the IMF and the World Bank. A structural-adjustment programme, suspended by ex-President Kaunda for the election campaign, can be resuscitated only through long financial negotiations. Mr Chiluba, who was formerly head of the 300,000-strong Zambia Congress of Trade Unions, asserts that his government will not pester donors with a begging bowl, as his predecessor did. The idea is to use foreign aid to put Zambia back on its own feet.

In its honeymoon the new government must do some hurtful things. First, it is committed to doubling the prices of mealie-meal (the staple food) and of petrol. Staff cuts in the bloated civil service and the copper mines, the country's two biggest employers, will force up urban unemployment. Mr Chiluba plans to redirect some of the savings to small but tangible improvements. Workmen are already beginning to mend pot-holed roads. Desks and chairs are being made for schools, basic medicines purchased for hospitals.

Some Zambians see Mr Chiluba's overwhelming majority as a danger. The younger generation in UNIP promises to speak up in parliament, regrouping in opposition to win the 1996 elections. But UNIP no longer looks like a nation-wide party; its only stronghold is in eastern Zambia, where the ex-president's family has connections and his party won all 19 seats.

Besides, the election has taught voters the power of their ballot. If the government of the day does not perform as they hope,

they can vote it out. New life has been breathed into half-forgotten ideas: freedom of speech and of the press, the indepen-

ence of the judiciary. The men Mr Kaunda appointed to run the state press and television have been suspended. In bars, restaurants and shops the conversation buzzes with hope, confidence and criticisms of Mr Kaunda—and of Mr Chiluba. There is no patience left for false promises. Nearby rulers with single-party regimes must wonder when their time will come.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10 DE NOVEMBRO DE 1991

Novo Presidente da Zâmbia levantou o estado de sítio

FREDERICK CHILUBA, o novo chefe de Estado zambiano, levantou a partir de ontem o estado de sítio que vigorava no país há 27 anos e que fora sempre contestado pela oposição a Kaunda. O anúncio foi feito no seguimento da tomada de posse do novo Executivo de Lusaca. O actual responsável pela pasta da Justiça, Roger Chongue, considerou que o levantamento do estado de sítio marca o restabelecimento das liberdades fundamentais no país.